

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM SERVIÇO SOCIAL**

**NATHALIA TESSER ESTEVÃO**

**A TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM DISCUSSÃO:  
ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO PROFISSIONAL NO PBF**

**PORTO ALEGRE**

**2017**

NATHALIA TESSER ESTEVÃO

A TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM DISCUSSÃO:  
ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO PROFISSIONAL NO PBF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para fins de obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Castilhos Fernandes

PORTO ALEGRE

2017

NATHALIA TESSER ESTEVÃO

A TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM DISCUSSÃO:  
ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO PROFISSIONAL NO PBF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para fins de obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Maria Castilhos Fernandes

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>. Rosa Maria Castilhos Fernandes – UFRGS

**Orientadora**

---

Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>.Míriam Thaís Guterres Dias – UFRGS

**Arguidora**

Ao meu avô, Manoel Estevão.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Josie, pela vida e por todos os anos de intermináveis batalhas para que tivéssemos “juízo”, concluíssemos os estudos (e que batalha essa), fôssemos comportados e educados, voltássemos na hora para casa... Obrigada por ter estado, independente de qualquer coisa e forma, ao meu lado sempre! Seguimos juntas, sempre!

Ao meu pai, Silvio, pela vida e os milhares de quilômetros rodados em idas e vindas dos colégios todos os dias. Pelas broncas intermináveis e tocantes (às vezes chegava a pensar que uns tapas doeriam menos) a cada matada de aula, cada nota vermelha... Obrigada pelos ensinamentos sobre a “real da vida”.

Ao meu irmão, Vitor, pela vida compartilhada, pelas milhões de histórias, por todo o amor, carinho, parceria, amizade. Por estar ao meu lado em qualquer situação, lutando minhas batalhas comigo. Por aquela mensagem de texto no ano do cursinho – me dizendo que eu podia passar na UFRGS e ser dona da minha história – que me fez levantar da cama e fazer isso! É um privilégio ser tua irmã!

Ao meu avô Azor e minha avó Tê, por todo mimo, a base, os cuidados, o amor, o carinho, a compreensão. OBRIGADA por todas as oportunidades que vocês me ofereceram e oferecem, pelo investimento na minha educação desde a primeira série. Dedico essa formação a vocês!

À minha avó Lita, por ter nos escolhido e abrilhantar nossa existência, e trazer paz e luz ao que podia ter sido caos. Por ter me ensinado a amar, respeitar, ser cuidadosa com as pessoas, a agradecer, compreender e perdoar. Por ter me ensinado que “a única coisa sem solução é a morte” e que estamos aqui pra sermos felizes!

À minha Dinda Carmem e Tio Eduardo, por todos os aniversários temáticos, os finais de semana de brincadeiras, as chapinhas, cachos, maquiagens... Pelos cafés da manhã especiais e os tangos. E por terem me dado a Vitória, uma irmã menor pra amar.

Ao meu Didi e Tia Eliane, por todo o carinho e, principalmente, por serem responsáveis pelo meu “despertar” político. Sem nossas conversas e debates talvez o mundo não tivesse o significado que tem hoje para mim.

Ao Tio Márcio, pelo suporte de sempre. Sem a tua ajuda essa formação (e a vida) não seria possível! Sou extremamente grata e sempre serei!

À minha comadre e amiga Frã e minha afilhada Sophia, por todo o amor, alegria, choradeira, festas, histórias... Por terem acompanhado cada passo desde que iniciei essa jornada.

Aos presentes que a UFRGS me trouxe: Andressa, minha irmã de alma, sem ti esse percurso – e minha vida – não teriam tido a mesma graça, as mesmas risadas e descobertas (e eu não me formaria). Graziela e Isadora, minhas bonequinhas, do primeiro dia de alunas UFRGS ao último como Assistentes Sociais; nosso quarteto de amor, afeto e problematizações pra sempre. Sabrina, Tatiana, Taiane, Anelise e Denise, por terem me recebido na turma de vocês e dividido comigo esses momentos finais do nosso sonho, gratidão!!

Aos presentes que a vida me deu, Amanda e Mana, por terem crescido (literalmente) junto comigo; sou constituída de tudo que aprendemos juntas nessa vida inteira de amizade. Acauã, William e Léo, por serem alegria, amizade, festa, apoio, risadas, combos, dança! Sem vocês o caminho teria menos graça. Fernando, amor meu, por ser a cor da minha vida e me dar chance de aprender que amor, amizade, companheirismo, paixão e paz podem andar juntos. A todos vocês pela paciência nos últimos meses de ausência e surtos intermináveis!

À equipe do CRAS Centro, em especial à chefe Milene Lattuada, pela oportunidade, ensinamentos e por servir de inspiração para mim nos últimos 28 anos! Heloísa Saldanha, minha supervisora de campo, que não apenas me ensinou sobre o Serviço Social e Assistência, mas sobre como ser uma ariana melhor. À Taciana, amiga (e casamenteira), pelo suporte no processo de estágio que é tão tenso e intenso e pela amizade pra vida.

À equipe da CAPM, chefinha Mariana Borba por todo o aprendizado e parceria. Minha amiga, Eriane, pela construção dessa cumplicidade e por esse encontro improvável e lindo, pelos ensinamentos, debates e brigas que travamos juntas e portadas que ainda virão. Fernanda, por ter tido a oportunidade (aos 45 do segundo tempo) de me aproximar de ti e criar esse vínculo.

A todas as professoras e professores do corpo docente do Serviço Social da UFRGS pelo comprometimento, luta e amor que dedicam ao nos ensinar em situações às vezes adversas. Em especial à Professora Rosa Maria Castilhos, minha orientadora e mentora desde antes do meu ingresso na faculdade, jamais vou esquecer o apoio no momento em que decidi recomeçar, obrigada! Às professoras Miriam e Dolores, por terem “segurado minha onda” muitas vezes e contribuído imensamente para que eu seguisse, mesmo que talvez vocês nem

tenham notado a importância daquela semana a mais para entregar o trabalho ou daquela palavra de incentivo no desespero.

A todos que chegaram e partiram da minha vida nos últimos 5 anos e que, em maior ou menor escala, contribuíram de alguma forma: Obrigada.

*“Não quero viver obrigado à obediência a nenhuma ideia de nação, pátria, partido, igreja ou grupo. Quero viver de acordo com princípios democráticos fundados na solidariedade, na liberdade, igualdade, participação e diversidade.”*

*(Herbert de Souza, o Betinho, 1990)*



## RESUMO

O presente trabalho de conclusão do Curso de Serviço Social da UFRGS discorre sobre a relação do programa de transferência de renda, com enfoque no Programa Bolsa Família – que é o maior programa do tipo no Brasil – e o Sistema Único de Assistência Social. Nesse sentido, o trabalho interdisciplinar e a atuação do/a Assistente Social no acompanhamento das condicionalidades do programa junto às famílias beneficiárias também são objetos deste estudo, elaborado através da aproximação com os fluxos de trabalho vivenciados durante o período de estágio curricular em Serviço Social ocorrido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região Centro do município de Porto Alegre. O objetivo desta monografia é promover uma reflexão crítica sobre a forma como o programa Bolsa Família vem se operacionalizando por meio das políticas sociais e, também, contribuir com a construção de estratégias para o trabalho do Assistente Social; para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica e documental. Desta forma, o trabalho está sistematizado em dois momentos: primeiro há um breve resgate histórico e conceitual da construção das políticas de transferência de renda no mundo e no Brasil, chegando à trajetória do Programa Bolsa Família, suas condicionalidades e o trabalho intersetorial desenvolvido por meio delas; no segundo momento traz reflexões teóricas e práticas acerca dos processos de trabalho desenvolvidos no CRAS, finalizando com propostas de estratégias para o trabalho do Assistente Social neste espaço. Por fim, as reflexões finais sobre a temática em discussão e sobre o processo de formação que vivenciamos e que nos habilita para o exercício da profissão de Assistente Social.

**Palavras-chave:** Serviço Social. SUAS. Transferência de Renda. Programa Bolsa Família. Condicionais. CRAS.

## ABSTRACT

The present final paper of Social Service course discusses the relationship of income transfer programs, focusing on the *Bolsa Família* Program – which is the largest program of its kind in Brazil – and the Single Social Assistance System. In this sense, the interdisciplinary work and the role of the Social Worker in the monitoring of conditionalities of the program with the beneficiary families are also objects of this study, prepared by approaching the workflows experienced during the period of social service curricular traineeship that took place in the Social Assistance Reference Center (CRAS) of the central region of the city of Porto Alegre. The objective of this monograph is to promote a critical reflection on how the *Bolsa Família* program is being operationalized through social policies and also contribute to the construction of strategies for the work of the Social Worker; for that, it was used bibliographical and documentary revision. In this way, the work is systematized in two moments: first there is a brief historical and conceptual rescue of the construction of income transfer policies in the world and in Brazil, reaching the trajectory of the *Bolsa Família* Program, its conditionalities and the developed intersectorial work through them; in the second moment brings theoretical and practical reflections about the work processes developed in the CRAS, finalizing with strategies proposals for the work of the Social Worker in this space. Finally, the final reflections on the subject under discussion and on the process of formation that we experience and that enables us to exercise the profession of Social Worker

**Keywords:** Social Service. SUAS. Income transfer. *Bolsa Família* Program. Conditionalities. CRAS.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Quantidade de beneficiários do PBF em 2016.....	26
<b>Gráfico 2</b> – Quantidade de beneficiários por idade do PBF em 2016 .....	27
<b>Gráfico 3</b> – Quantidade de beneficiários por sexo do PBF em 2016.....	28
<b>Gráfico 4</b> – Quantidade de beneficiários por Etnia do PBF em 2016.....	28

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AICAS	Associação Intercomunitária de Atendimento Social
CadÚnico	Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal
CEDEL	Centro Diaconal Evangélico Luterano
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NIS	Número de Identificação Social
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE	Proteção Social Especial
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAF	Serviço de Atendimento Familiar
SAGI	Secretaria de Gestão da Informação
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SOME	Sociedade Meridional de Educação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 TRAÇADOS REFLEXIVOS SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL</b>	<b>18</b>
2.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A DIMENSÃO SOCIO-HISTÓRICA E CONCEITUAL.....	18
2.2 TRAJETÓRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL .....	21
2.3 AS CONDICIONALIDADES DO PBF E A INTERSETORIALIDADE EM ESTUDO.....	29
<b>3 O SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PARA O TRABALHO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS .....</b>	<b>35</b>
3.1 OS PROCESSOS DE TRABALHO NO CRAS: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS	37
3.2 PARA ALÉM DO CADÚNICO: ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	45
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta como temática central a questão da transferência de renda no Brasil, tendo como principal foco a forma como vem sendo operacionalizado o trabalho interdisciplinar com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), principalmente no âmbito da Assistência Social. Sem deixar de tratar sobre as condicionalidades vinculadas ao PBF, a interlocução das políticas sociais – Educação, Saúde e Assistência Social – terão a atenção necessária nesta sistematização a partir das reflexões a serem realizadas no processo de revisão de literatura.

A discussão em torno de programas de transferência de renda é antiga no mundo todo, surgindo da percepção de que, para que haja a diminuição da desigualdade social e o fim da pobreza, é imprescindível que haja políticas de transferência monetária ativas (CUNHA, 2007). No Brasil, os programas com esse fim começam a ser pensados nos anos 1990, após a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) instituir a Seguridade Social através das políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, abrindo a pauta sobre direitos e o papel do Estado na garantia destes.

Até o início dos anos 2000 os programas de transferência monetária brasileiros eram em pequena escala, geralmente municipais, e condicionados, o que será ainda aprofundado neste trabalho. As condicionalidades são uma contrapartida das famílias beneficiárias e, para Cunha (2007), trata-se de um contrato que é firmado entre o Estado e os usuários, visando à ampliação do acesso destes aos direitos sociais básicos, como educação e saúde. Um exemplo é o Programa Bolsa Escola – desenvolvido em São Paulo e no Distrito Federal em 1995 e em Belo Horizonte em 1996 –, que visava ao repasse monetário para famílias que mantivessem suas crianças na escola, de forma que seria usado mais tarde, em 2001, como parâmetro para o programa nacional de mesmo nome.

Em 2003, resultando da fusão dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação (todos programas nacionais de transferência implementados entre 2001 e 2003), surge o Programa Bolsa Família (PBF), considerado no país hoje como o maior programa de transferência monetária condicionada, atingindo em setembro de 2015 cerca de 14 milhões de famílias (SAGI, 2015). O objetivo do PBF era combater a fome e a miséria através do repasse direto de um complemento financeiro para famílias pobres e extremamente pobres (conceitos relativos à renda per capita mensal) (CUNHA, 2007). Como contrapartida, as famílias devem manter seus filhos com frequência escolar de 85% para menores de 16 anos e de 75% para estudantes de 16 a 18 anos; além

disso, crianças e mulheres devem comparecer semestralmente aos postos de saúde, estarem com as vacinas em dia e fazerem pré-natal regularmente (BRASIL, 2015).

A inserção no programa é feita através do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) – que foi criado no início dos anos 2000, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso – por meio de um formulário para facilitar a questão da sobreposição em programas de governo à época. De 2004 a 2011 o CadÚnico ganhou força não apenas como um formulário, mas como um meio para captar informações nos moldes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tornando-se uma base nacional de dados. (MOSTAFA, 2016, p.42).

Trata-se de um cadastro socioeconômico autodeclaratório, realizado através de entrevistas com os responsáveis de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos (CUNHA, 2007), este cadastramento é responsabilidade dos municípios, geralmente operacionalizados pelas Secretarias de Assistência Social dos entes federativos, sendo as entrevistas realizadas nos Centros Referência de Assistência Social (CRAS), locais exclusivos para cadastro, prefeituras e até através da busca ativa em visitas domiciliares. (MOSTAFA, 2016, p.43).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada, conforme Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2005). É a principal referência das políticas de assistência social básica, responsável pela oferta e organização dos serviços de proteção e promoção social, atuando em áreas de vulnerabilidade e risco social. O principal serviço oferecido pelo CRAS é o de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste em um acompanhamento continuado de famílias com o intuito de prevenir a ruptura de vínculos e contribuir com uma melhor qualidade de vida através da promoção de acesso e uso dos direitos (BRASIL, 2015).

Durante o processo de formação no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – mais especificamente no período de estágio profissional em Serviço Social I, II e III no CRAS da região Central do município de Porto Alegre, equipamento este vinculado ao órgão gestor do SUAS, que é a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) – tivemos a oportunidade de vivenciar o trabalho efetuado junto ao CadÚnico, bem como a chance de participar do acompanhamento realizado com as famílias. Nesta experiência foi possível constatar situações de vulnerabilidades sociais dessas famílias, que acabam incidindo no não cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Os Ministérios da Educação e da Saúde repassam bimestralmente e



semestralmente informações ao CadÚnico sobre os dados das famílias em descumprimento. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>1</sup>, é quem organiza as listas por municípios e repassa para que os CRAS efetuem a busca ativa destas famílias.

Segundo o Plano de vigilância Socioassistencial do CRAS Centro, de Junho de 2015 (FASC, 2015), cerca de 34% da população total do território do CRAS é beneficiária do PBF, ou seja, o trabalho realizado com estas famílias representa uma demanda considerável onde pode-se perceber dois fenômenos: o enfraquecimento do acompanhamento de fato de famílias em vulnerabilidade para além das condicionalidades do PBF e um trabalho que necessita de aprimoramentos no que diz respeito à questão das condicionalidades.

Assim sendo, neste TCC pretendemos refletir acerca do trabalho das equipes interdisciplinares, com proposições para o exercício profissional dos assistentes sociais que atuam nos CRAS junto a estas famílias que vêm sendo beneficiadas por este relevante programa de transferência de renda. Ao Assistente Social cabe a construção de estratégias para intervir nesta realidade social. A vivência de estágio obrigatório realizado no CRAS Centro do município de Porto Alegre – além do conhecimento apreendido e as reflexões críticas durante a graduação – nos instigaram, pois muitos foram os questionamentos durante este processo de formação e que nos remetem a esta sistematização. Em várias situações como estagiária me deparei com dúvidas acerca do papel da profissão naquele local, em como intervir como profissional em uma política nova como o SUAS e com tantas disputas, correlações de forças, diferentes entendimentos e construções, tanto sociais quanto entre os profissionais envolvidos.

O estágio obrigatório traz a aproximação da universidade com os campos, proporcionando um conhecimento imenso acerca da realidade, mas também evidenciando, muitas vezes, uma distância entre a academia e o cotidiano profissional, o que acaba gerando dúvida acerca de como devemos nos constituir como profissionais, atuando junto às instituições e políticas sociais sem que nos institucionalizemos. Nesse sentido, são muitos os enfrentamentos, e até sofrimentos, ao longo deste percurso, onde nos deparamos, inevitavelmente, com diferentes pessoas e concepções, e somos lembrados a todo o momento

---

<sup>1</sup> Durante o processo de escrita deste trabalho houve duas alterações no nome do Ministério: através da Lei 13.341 de 29 de setembro de 2016 (Originada da Medida Provisória 726/2016 do Presidente Interino Michel Temer em Maio de 2016) realizou a fusão do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, gerando o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Recentemente, a medida provisória nº 782, de maio de 2017, renomeou o ministério para Ministério do Desenvolvimento Social, mantendo-se a sigla MDS. Desta forma vamos acolher para este trabalho a nomenclatura vigente em Maio de 2017.

da luta constante presente ao assumirmos o serviço social como concepção de vida e sociedade que queremos.

Neste TCC apresentaremos um pouco do resultado dessa etapa, que acredito ser a primeira parte da construção de uma identidade profissional como futura Assistente Social, profissão essa que necessita de constante aprimoramento, já que o capitalismo e suas formas de exploração se reinventam constantemente, como temos visto no Brasil nos últimos anos e no mundo neste momento histórico em que vivemos.

Para isso, o presente trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro esta introdução. No segundo capítulo trataremos da dimensão sócio-histórica e conceitual da transferência de renda, a trajetória do Programa Bolsa Família no Brasil, suas condicionalidades e a intersetorialidade entre as políticas presentes no programa. No terceiro capítulo falaremos da experiência vivenciada ao longo do estágio obrigatório no CRAS Centro e traremos proposições para o trabalho do Assistente Social. E por fim tecemos as reflexões conclusivas desta trajetória de formação.

## 2 TRAÇADOS REFLEXIVOS SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Este capítulo propõe um apanhado histórico da construção da política de transferência de renda, vindo desde o séc. XVIII – surgindo como parte das ações no *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, na Europa – e passando sucintamente pelas mudanças econômicas e estruturais que intensificaram e modificaram o capitalismo. Ao discorrermos sobre esta dimensão socio-histórica observamos o quanto estas mudanças da sociedade capitalista influenciam a forma como a classe trabalhadora é compreendida pela classe dominante e, inevitavelmente, culminam na mudança na forma como se dão, ou não, os acessos aos direitos sociais ao longo do tempo. Traz também a contribuição do ideário estadunidense que reconfigura as políticas de transferência, terminando no Brasil com a trajetória do mais conhecido programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa Família (PBF). Também não poderia ficar de fora desta reflexão as condicionalidades do PBF, o que nos remeteu ao trato sobre a intersectorialidade das políticas sociais.

Historicamente o Brasil costuma reproduzir modelos internacionais de políticas, modificando-os de forma a adequá-los à realidade brasileira. Inclui-se aí a proximidade da proteção social brasileira com o *Welfare State* europeu, o que, como veremos, também traz ao Brasil a discussão acerca do direito à transferência de renda. Importante ressaltar que os percursos aqui descritos, apesar de organizados em uma linha cronológica, não acontecem de forma linear, ou seja, se integram contribuindo para avanços e também retrocessos ao longo dos processos históricos.

### 2.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA: A DIMENSÃO SOCIO-HISTÓRICA E CONCEITUAL

Muito se tem tratado sobre a relevância das políticas de transferência de renda em países com altos índices de desigualdade social e com notáveis índices de injustiças na distribuição de renda, do acesso à educação e à saúde, entre tantos outros aspectos. O Brasil encontra-se hoje, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 75º lugar<sup>2</sup> do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com um índice de 0,755 (ONU, 2015). É este cenário que nos convoca a refletir sobre a importância da

---

<sup>2</sup>O Ranking conta com 188 países e leva em consideração o desenvolvimento humano baseado em renda, educação e saúde (ONU, 2015).

transferência de renda como um benefício e um direito social do cidadão brasileiro. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica que pudesse nos inserir numa dimensão socio-histórica e conceitual.

Transferência de renda, segundo Paes-Sousa e Wendt (2016), é uma forma de proteção social caracterizada por transferências financeiras que podem ou não ser de caráter contributivo. O autor traz também que as transferências contributivas dizem respeito a “mecanismos de proteção” direcionados aos trabalhadores e seus dependentes que, por desligamentos temporários ou permanentes, têm seus ganhos suspensos. Já as não contributivas direcionam-se à proteção dos cidadãos vulneráveis independentemente de serem ou não vinculados a sistemas previdenciários. Neste segundo formato as transferências de renda ainda podem estar ou não relacionadas a condicionalidades tanto individuais quanto familiares.

O primeiro programa de transferência monetária, a *Speenhamland Law*, surgiu na Inglaterra em 1795 e fazia parte da política social desenvolvida no país desde 1536 através da lei conhecida como *Pool Law* (Lei dos Pobres). A Lei dos Pobres tinha seu foco em quem não estava apto ao trabalho, como por exemplo idosos e pessoas com deficiência, o que acabava gerando uma Assistência Social apenas aos incapacitados (MONNERAT et al., 2007). A *Speenhamland Law* inglesarompeu com a lógica até então imposta, trazendo a ideia do “direito a renda mínima” e incluindo todos os cidadãos pobres como detentores de tal direito.

Reconhece o direito dos pobres ao recebimento de uma renda mínima, independente de seus proventos e em função de uma tabela que dependia do preço do pão e do número de filhos [...]. Tratava-se de assegurar o direito de viver, pois quando não era possível garantir, através do trabalho, o suficiente para sobreviver, cabia à sociedade fazer a complementação de renda. (MONNERAT et al. 2007. p. 1455).

As discussões acerca desta lei foram inúmeras e acabaram por derrubá-la durante a Reforma da Lei dos Pobres, em 1834. O principal argumento era que se mesmo trabalhando o indivíduo recebesse ajuda financeira, tornar-se-ia improdutivo (MONNERAT et al., 2007).

Após a primeira Guerra Mundial, já no Século XX, há um aumento na defesa dos programas de transferência de renda nos Estados Unidos da América, devido ao grande número de desemprego. De 1935 a 1974 foram criados programas, geralmente para famílias com crianças, baseados na ideia criada por Milton Friedman do que ele chamou de Imposto Negativo.

Representando a corrente liberal, essa proposta apoia-se na ideia de minimização do Estado interventor por considerar que grande parte dos problemas de ordem fiscal deve-se justamente ao alargamento das ações estatais. Uma das preocupações centrais do imposto negativo é a promoção de uma estratégia de transferência monetária que não seja capaz de criar um estímulo ao ócio. Para tanto, é fixada uma linha da pobreza, através de um rigoroso teste de meios, acima da qual a pessoa paga o imposto e abaixo recebe um determinado valor complementar a renda auferida através do trabalho. (MONNERAT et al. 2007, p. 1456).

No mesmo período, por toda a Europa desenvolveram-se diversos programas de transferência de renda, aumentando o leque de requisitos para ser beneficiário: agora, além dos que viviam à margem do trabalho, também havia um critério de renda mínima e o seguro aos que ficavam desempregados.

O debate sobre os programas de transferência monetária é intensificado e surgem propostas que se diferenciam, principalmente, pela forma de conceber a relação entre renda e trabalho (se vinculada ou desvinculada), se a favor da condicionalidade ou incondicionalidade, focalizado ou universal ou ainda se adota a perspectiva da substituição ou complementariedade. (MONNERAT et al. 2007, p. 1456).

Os argumentos acerca da necessidade deste tipo de programa são baseados na ideia de que seria impossível combater a desigualdade social e erradicar a pobreza sem tais recursos. Existem três vertentes nestas discussões sobre o assunto. A primeira refere-se àqueles que defendem que a transferência de renda é um direito universal de todos os cidadãos, não devendo, portanto, levar em consideração a renda ou exigir contrapartidas.

A transferência de renda, nessa concepção seria uma forma de garantia de cidadania, de autonomia e poder de escolha, de compartilhamento da riqueza produzida por todos e fortaleceria o sentimento de solidariedade e de pertencimento dos cidadãos. O objetivo seria a construção de uma sociedade mais igualitária e, aqui, o fundamental é tratar todos os cidadãos de forma isonômica sem qualquer processo de focalização inclusive, pelo risco de levar à estigmatização dos pobres. (CUNHA, 2007, p. 333-334).

A segunda linha de discussão diz respeito àqueles que acreditam que as políticas de transferência, bem como as políticas públicas em geral, devem ser focalizadas para os cidadãos e famílias que não sejam capazes de suprir sua própria sobrevivência. Acredita-se aqui que a participação do Estado em qualquer esfera, incluindo saúde, educação e assistência social, deve ser residual.

Nessa concepção, apenas os extremamente pobres podem ser atendidos, com desenhos de focalização bastante restritivos tanto para a transferência de renda quanto para o acesso aos serviços públicos. Esse tipo de concepção também

pressupõe a vinculação da transferência de renda a determinados gastos, definidos pelo poder público, sem opção de escolha para a família. (CUNHA,2007, p. 334).

A terceira matriz diz respeito ao grupo que acredita que deva ser uma opção do Poder Público utilizar políticas públicas de redução da pobreza e das desigualdades sociais; apesar de acreditar em políticas universais, os defensores desse viés usam o princípio da equidade como parâmetro, defendendo que, mesmo sendo direito de todos – devido às desigualdades historicamente vividas por grupos marginalizados –, é necessário um olhar específico para a garantia de direitos e acessos a estes.

Para privilegiar os mais pobres, também enfatiza critérios de acesso e, assim, trabalham com mecanismos de focalização, mas não numa concepção residual, de selecionar apenas os extremamente pobres. Focalização entendida como a aplicação de critérios de priorização, em especial para enfatizar a garantia de direitos e a inclusão daqueles que historicamente estiveram à margem das políticas públicas.(CUNHA,2007, p. 334).

Pode-se observar que a segunda linha, além de focalizada, tem um caráter residual com um sentido neoliberal, pois se trata de um desenho focalizado onde o Estado mínimo não tem a responsabilização de atender as necessidades sociais do cidadão, considerando a sua integralidade como sujeito de direito. Cunha ainda refere que nesta concepção defende-se que o Estado ofereça “[...] kits ou pacotes básicos de serviços para os extremantes pobres, e de soluções de mercado para outros segmentos.”(CUNHA, 2007, p.334).Essa perspectiva diz respeito não apenas a programas de transferência monetária, mas também à Assistência Social, saúde e educação.

Ainda segundo Cunha(2007), o Programa Bolsa Família tem como base a terceira matriz, pois,apesar de defender políticas públicas universais, baseia-se no entendimento de queé necessário um tratamento diferenciado aos mais vulneráveis com o intuito de minimizar as desigualdades sociais vividas. É uma focalização que privilegia os mais pobres, com critérios de priorização baseados no princípio da equidade, “[...] para enfatizar a garantia de direitos e a inclusão daqueles que historicamente estiveram à margem das políticas públicas.” (CUNHA, 2007, p.334).

## 2.2 TRAJETÓRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo Governo Federal em 2003 através da Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.836/2004 e regulamentada a partir do

Decreto 5.209, de setembro de 2004. É um Programa de Transferência de renda não-contributivo e condicionado, ou seja, não exige contribuição prévia para o acesso e, para que haja a continuidade do recebimento de seus valores pelas famílias, é necessária uma contrapartida – no caso do PBF é ligada as áreas da Saúde, Educação e Assistência Social (HELLMANN 2016. p. 221).

O PBF é o resultado de um processo que se iniciou em 1993, através da criação do Movimento Social de Ação da Cidadania Contra a Fome, protagonizado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho). Nesse momento histórico o Brasil passava por uma grande instabilidade financeira, segundo o IPEA eram 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, a situação da fome no país era alarmante. Nesse contexto surge a Ação da Cidadania, com uma campanha contra a fome, o que acabou por trazer à tona a discussão acerca da cidadania.

Chegou a hora de colocar um basta nesse processo insensato e genocida gerador da miséria absoluta que coloca milhões de pessoas nos limites insuportáveis da fome e do desespero. [...] O tempo da miséria absoluta e da resignação com esse quadro acabou [...]. Esse é o clamor ético de nossos tempos, ao qual tudo mais deve se subordinar. [...] Esse é hoje o grande divisor de águas entre nós: entre os que querem erradicar a miséria ainda nessa geração e os que insistem em ficar indiferentes. (PANDOLFI; GAZIR; CORRÊA, 2012, p. 164).

O Programa Bolsa Família foi implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelos municípios, ocorrendo de forma descentralizada. Foi previsto um conjunto de responsabilidades partilhadas entre as três esferas de governo (União, Estados e Municípios), juntamente com a sociedade.

O Programa Bolsa Família, de acordo com Teixeira (2014), pode ser visto como um

[...] programa que se coloca como uma das estratégias de resposta do Estado à questão social, na tensão entre as diretrizes de focalização da política social sobre a população considerada extremamente pobre, de um lado, e o acesso a políticas universais, de outro. (TEIXEIRA, 2014. p. 21).

Como podemos ver na reflexão de Teixeira (2014), o Programa surgiu como uma espécie de resposta por parte do Estado para a questão social. Importante ressaltar que a Questão Social é compreendida como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] sendo desigualdade, é

também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem. (IAMAMOTO, 2015, p. 27-28).

Assim sendo, podemos dizer que a questão social é fruto do conflito entre o capital e o trabalho, sendo intensificada conforme avança no tempo o capitalismo e conforme se aumentam as desigualdades entre quem produz e quem detém os meios de produção, ou seja, a questão social é eminente à sociedade capitalista (NETTO, 2001).

Para Fernandes (2015, p. 232), a questão social tem sua gênese no “[...] processo de acumulação ou da reprodução do capital, que produz, ao mesmo tempo, uma acumulação de miséria, de disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais”, também frisando que, mesmo com um início comum na Europa do séc. XIX, a questão social toma formas diferentes dependendo do tempo histórico e geográfico da sociedade. Desta forma, as expressões da questão social vivenciadas pelas famílias que acessam o benefício de transferência de renda, neste caso o PBF, se manifestam de diferentes maneiras no território brasileiro, mas que se traduzem em violações de direitos humanos, o que será tratado mais adiante neste trabalho.

O PBF é embasado na concepção de que é direito do cidadão e dever do Estado promover o acesso aos Direitos Fundamentais celebrados na Constituição Federal de 1988 em seu art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988). Mais do que isso, ele traz – pela primeira vez nesse tipo de programa no Brasil – autonomia às famílias em gerir seus recursos, recebendo os valores em dinheiro, mensalmente e de forma direta. (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013). Importante sublinhar que desde 1995 diferentes programas estavam sendo implementados nos municípios brasileiros, tais como: o bolsa escola, o bolsa alimentação, o cartão alimentação, o vale gás, e posteriormente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outros. Esses programas se constituíam como uma forma de transferência de renda indireta e que tinham como característica o repasse fragmentado e direcionado, tirando o direito do cidadão de optar pelo uso da renda conforme suas necessidades. Nesta perspectiva, o PBF unificou esses programas de Transferência de Renda que já existiam:

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de



2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastroamento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. (BRASIL, 2004).

Cada uma dessas ações possuía regras próprias, usava registros diversos e independentes e tinha um alcance muito pequeno, o que acabava gerando sobreposições em suas coberturas (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013. p. 25). Além disso, a questão da pobreza e das necessidades destas famílias não era vista como um fenômeno a ser enfrentado por diferentes políticas sociais, até porque somente a renda – mesmo sendo um direito – não atende a todas as necessidades sociais dos cidadãos. Por isso o PBF, apesar de ser um recurso monetário direto, também oferece serviços através de suas condicionalidades. Segundo Hellmann (2016), o programa foi estruturado a partir de três dimensões:

- 1) alívio imediato da pobreza, mediante a transferência direta de renda;
- 2) ampliação do acesso aos serviços públicos que constituem direitos sociais, nas áreas de saúde e Educação;
- 3) promoção da famílias e apoio à superação da situação de vulnerabilidade e pobreza, com a execução de ações complementares. (HELLMANN, 2016. p. 221).

O PBF é focalizado para famílias que estejam vivendo em situação de pobreza ou extrema pobreza, assim sendo, não é universal. Tratar sobre a concepção de pobreza é no mínimo concordar que este é um tema polêmico e, de acordo com Januzzi (2016), apresenta diferentes abordagens conceituais e analíticas que são empregadas pela literatura, de uma maneira geral, para o estudo e “[...] mensuração da pobreza e seus epifenômenos, como indigência, desnutrição e fome.” (JANUZZI, 2016, p.200). Dentre as perspectivas e estudos sobre esta expressão da questão social destacamos:

[...] os estudos voltados ao dimensionamento da pobreza como expressão da insuficiência de renda disponível (Pobreza monetária), aqueles que expressam pobreza como insuficiência de acesso a alimentos e de seu consumo (desnutrição ou insegurança alimentar), as pesquisas ancoradas na percepção da pobreza como a não satisfação de necessidades básicas monetárias e não monetárias dos indivíduos (pobreza multidimensional); os estudos que tomam a pobreza como fenômeno de privação relativa e não absoluta de renda ou de outras dimensões socioeconômicas (pobreza relativa); os estudos que investigam a pobreza a partir do posicionamento declarado dos indivíduos (pobreza subjetiva). (JANUZZI, 2016, p.200).

Podemos observar, ainda de acordo com Januzzi (2016, p. 200), que a concepção mais largamente considerada refere-se à pobreza como sendo a “síndrome da insuficiência de

renda”, em tal perspectiva assume-se que, metodologicamente, considera-se pobre o cidadão que tenha sua renda ou seu consumo total “[...] menor que um dado valor monetário normativamente estabelecido – a linha de pobreza.”(JANUZZI, 2016, p. 200). Vale ainda salientar que tais valores são baseados em conjuntos de bens e serviços básicos para a sociedade, o que resulta em inúmeras diferenças de um tipo de sociedade para outro.

Januzzi (2016) traz o exemplo de como os valores societários de consumo e serviço podem ser diferentes, comparando países desenvolvidos e em desenvolvimento:

[...] de um lado, países desenvolvidos, onde a universalização do acesso a alguns serviços e produtos básicos já foi atingida há muito tempo, e, de outro, países em desenvolvimento, onde considerável parcela da população não dispõe de recursos mínimos para garantir alimentação adequada. (JANUZZI, 2016, p.200).

Nesse sentido – da falta de recursos para alimentação –define-se a extrema pobreza a partir do valor médio para aquisição de cesta básica.

Assim sendo, no caso do PBF, os critérios para acesso ao programa são definidos através do valor da renda de cada família. Para que esse cálculo seja feito é necessário que a família esteja cadastrada no Cadastro Único para Programas do Governo Federal (CadÚnico); ao realizar o cadastro, as famílias que se enquadram nos critérios do programa são automaticamente identificadas e precisam aguardar a liberação. Os valores costumam ser atualizados anualmente e, segundo o decreto Nº 8.794, de 29 de Junho de 2016, os critérios hoje são:

Art. 18. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente.

I - benefício básico, no valor mensal de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - benefício variável, no valor mensal de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição:

III - benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 92,00 (noventa e dois reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino;

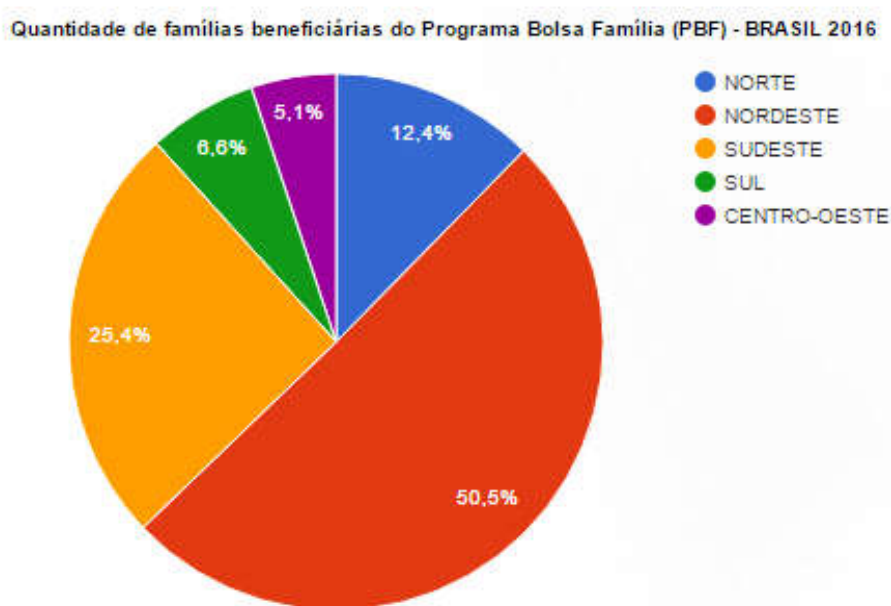
V - benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor será calculado na forma do § 3º, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do caput igual ou inferior a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) per capita.

§ 3º O valor do benefício para superação da extrema pobreza será o resultado da diferença entre R\$ 85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) e a soma per capita referida no inciso V do caput, multiplicado pela quantidade de membros da

família, arredondado ao múltiplo de R\$ 2,00 (dois reais) imediatamente superior. (BRASIL,2016,)

O Programa abrange todo o território nacional: estados, Distrito Federal e municípios. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), responsável pela gestão do PBF, e a Secretaria de Gestão da Informação (SAGI), em 2016 havia 13.805.497 milhões de famílias recebendo o Bolsa Família, em um total de 43.548.743de pessoas.Os Gráficos a seguir permitem a visualização de dados referentes aos beneficiários do PBF<sup>3</sup>.

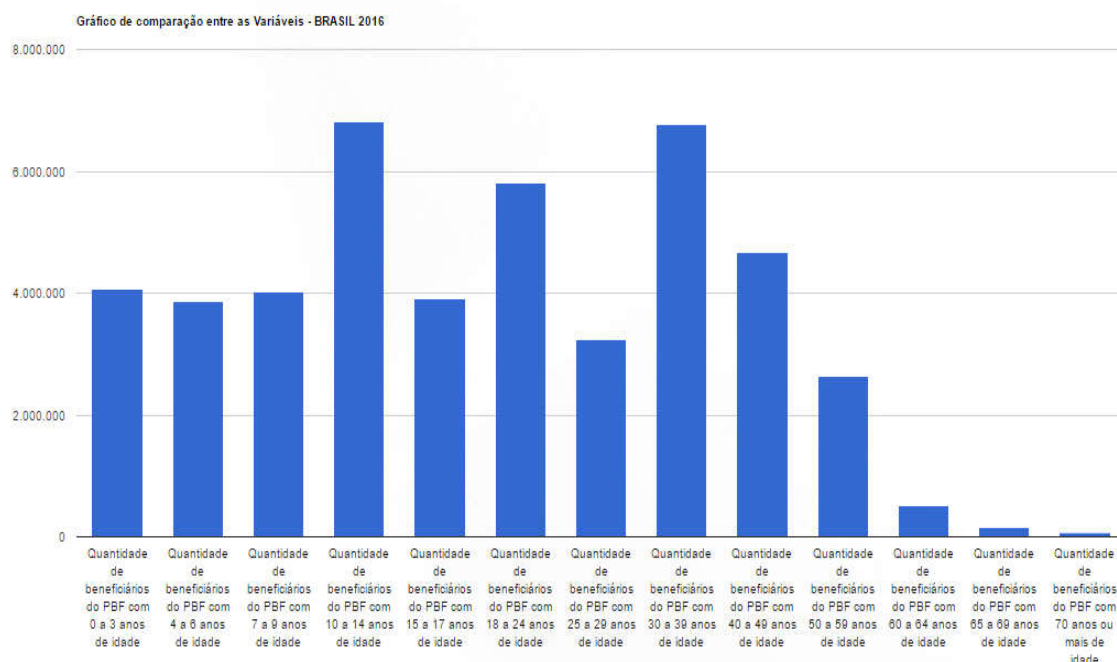
**Gráfico 1– Quantidade de beneficiários do PBF em 2016**



**Fonte:**BRASIL,SAGI – MDS.

O gráfico 1 mostra que a região com o maior número de famílias beneficiárias é a Nordeste – que inclusive ultrapassa a soma das outras quatro regiões – sendo seguida pela Sudeste. A que apresentou menor número de famílias no programa foi a Centro-Oeste.

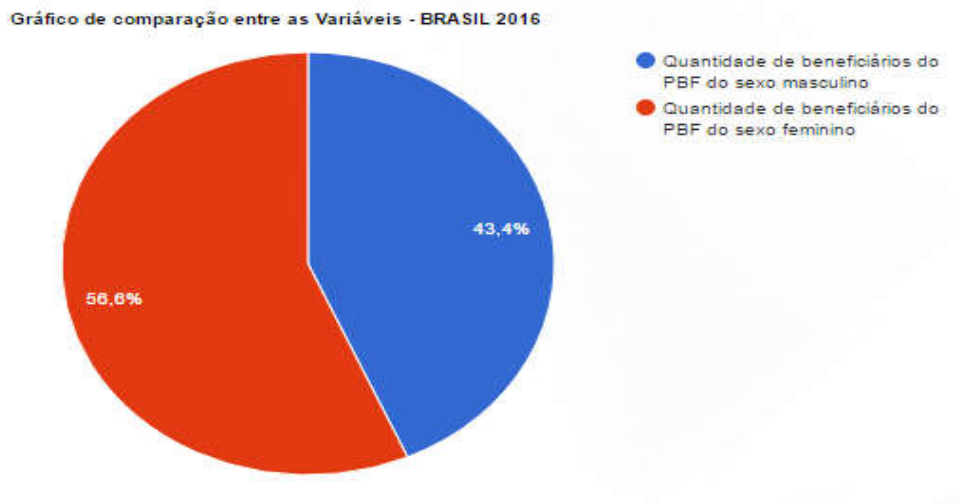
<sup>3</sup>Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/catalogo/index.php>>. Acesso em 17 jan. 2016.

**Gráfico 2 – Quantidade de beneficiários por idade do PBF em 2016**

**Fonte:**BRASIL, SAGI – MDS.

Analisando o gráfico por idade (gráfico 2) percebemos que a faixa etária com maior incidência no programa é a dos 10 aos 14 anos, seguido de perto pelos de 30 a 39 anos, ambos com mais de 6 milhões de beneficiários cada um em 2016. Pode-se ver também uma grande queda no número de beneficiários a partir dos 60 anos, o que poderia estar relacionado com o acesso à aposentadoria nessa faixa.

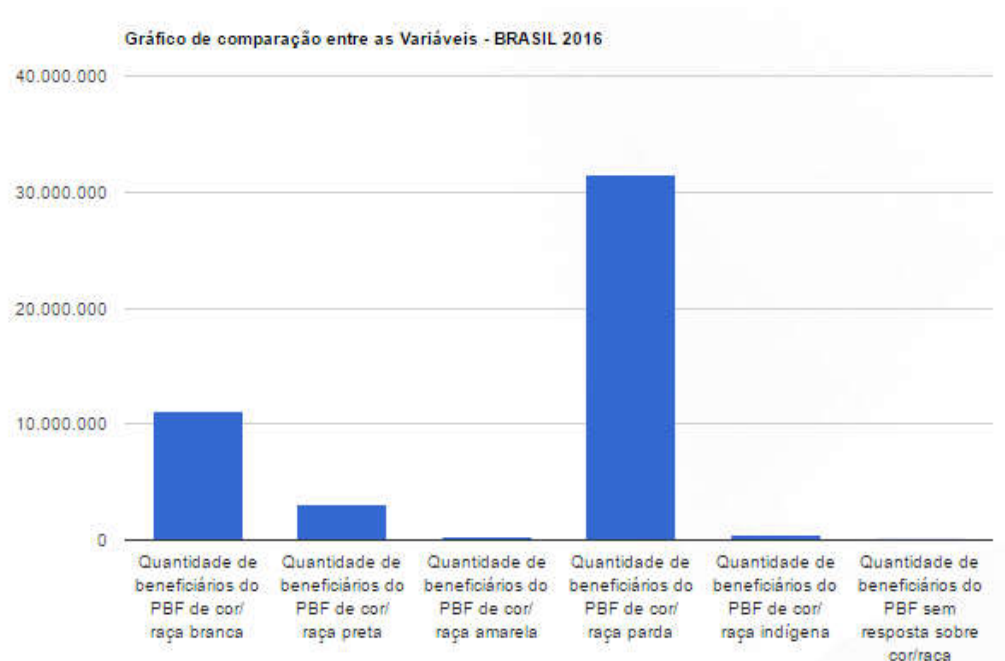
**Gráfico 3 – Quantidade de beneficiários por sexo do PBF em 2016**



**Fonte:**BRASIL, SAGI – MDS.

Segundo o SAGI, a diferença de beneficiários por sexo é de cerca de 6 milhões de mulheres a mais no programa, no entanto esses número não surpreendem, considerando que a Lei 10.836/04 dispõe em seu §14 que “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.” (BRASIL,2003).

**Gráfico 4 – Quantidade de beneficiários por Etnia do PBF em 2016**



Fonte: BRASIL, SAGI – MDS.

Quanto à análise de raça/cor/Etnia, há uma predominância de autodeclarados pardos, com mais de 30 milhões, seguido pelos autodeclarados brancos, com pouco mais de 10 milhões de beneficiários (SAGI-MDS, 2016).

Não existem critérios estipulados para inclusão das famílias além da renda, no entanto existem alguns critérios que podem acelerar o processo de inclusão como “famílias prioritárias”, por exemplo, quilombolas, indígenas, pessoas em situação análoga à de trabalho escravo, trabalho infantil e catadores de materiais recicláveis (HELLMANN, 2016. p. 223). Outro aspecto importante de referir é que as famílias, uma vez inseridas no benefício, apenas deixam de recebê-lo caso haja a superação da situação de pobreza – comprovada através da análise da renda familiar no Cadastro Único – e também quando se repetem os descumprimentos.

### 2.3 AS CONDICIONALIDADES DO PBF E A INTERSETORIALIDADE EM ESTUDO

Uma das questões polêmicas, e por isso contraditórias, é a existência das condicionalidades no desenho organizacional do Programa Bolsa Família. As condicionalidades, como são chamadas – entendidas também como contrapartidas ou compromissos no PBF – assumem uma “[...] dimensão fundamental no desenho e na implementação desse programa” (SILVA, 2016, p. 56), porém também são um ponto de divergência entre três tipos de visões acerca das condicionalidades: os que defendem os

chamados “benefícios não monetários”, que fazem parte do “eixo estruturante” do PBF; os que acreditam que cobrar contrapartidas em troca de direitos adquiridos seria uma “negação do direito”; e os que defendem que é preciso “merecer” o repasse monetário, ou seja, reforçam a ideia do “pobre merecedor” (SILVA, 2016, p.56). Historicamente as contrapartidas em programas de transferência de renda estão presentes em diferentes perspectivas, desde a idealização desse tipo de programa na Europa, ainda no século XIX. No Brasil a discussão é uma novidade, que chega ao mesmo tempo em que cresce e se estrutura a luta pelo reconhecimento da seguridade social como um direito constitucional.

De acordo com as produções do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Bolsa Família se estrutura pela transferência monetária direta, pelas condicionalidades e pelas ações e programas complementares. Ou seja, o programa aposta nestes três pontos acreditando que com a transferência direta haja um “alívio imediato da pobreza”, com as condicionalidades haja a promoção e o reforçado acesso aos direitos básicos de saúde, assistência social e educação, e com as ações e programas complementares cumpra-se o objetivo de auxiliar as famílias visando à superação da situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2014).

Como podemos perceber pelos três eixos principais do PBF, as condicionalidades são concebidas na estrutura do programa como uma estratégia para romper com o ciclo hereditário/intergeracional da pobreza, propiciando o acesso a direitos sociais básicos através de serviços – principalmente acrianças, adolescentes e gestantes. Por essa ótica, tais obrigações geram uma responsabilidade do Estado de prover tais serviços e também estimula as famílias a se tornarem responsáveis pela frequência escolar de crianças e adolescentes, pela saúde destes e pelo pré-natal das gestantes (SILVA, 2016).

Uma segunda corrente é a dos que criticam a adoção de contrapartidas para recebimento do programa, defendendo que não se deve condicionar direitos, ou seja, é responsabilidade do Estado garantir o acesso de seus cidadãos a uma vida digna, possibilitando direitos já estabelecidos socialmente, e não usando de contrapartidas em programas sociais que gerem punições às famílias (SILVA, 2016).

Já um terceiro ponto da discussão, difundido principalmente nos setores mais conservadores, diz que para “merecer” os valores do PBF o beneficiário precisa, obrigatoriamente, dar algo em troca. Tal pensamento legitima o uso das condicionalidades como forma de vigiar, controlar e principalmente punir os beneficiários que não conseguem cumprir as contrapartidas, tornando-os menos merecedores que outros (SILVA, 2016).

No caso do PBF, as condicionalidades buscam, através de obrigações, garantir direitos das políticas sociais, sendo elas:

**Educação:** frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos;

**Saúde:** acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos, além de pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes<sup>4</sup> na faixa etária de 14 a 44 anos;

**Assistência Social:** frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Para Silva(2016),o programa articula-se diretamente com a política de Saúde e da Educação – através das condicionalidades – e com a Política de Assistência Social – através dos equipamentos, como os Centros Regionais de Assistência Social (CRAS), que costumam fazer o acompanhamento dessas famílias.

Existem inúmeros fatores analisados diante das condicionalidades, como o fato de que os serviços não foram ampliados qualitativamente e quantitativamente para atender as famílias que ingressam no PBF. Apesar de o programa ser federal e ligado às três esferas do governo, praticamente toda a manutenção e atendimento (e, com isso, gastos gerados pelas condicionalidades) recaem sobre os municípios, que são, na grande maioria, deficientes nas ofertas de serviços, o que resulta na não garantia de fato da melhoria na qualidade de vida dos beneficiários (SILVA, 2016).

Nesse mesmo sentido incorre frequentemente a possibilidade de agravamento da vulnerabilidade e até mesmo uma maior exclusão das famílias com menores acessos:

Isso porque, enquanto portadoras de sanções, podem agravar situações de vulnerabilidades e riscos sociais, prévios vivenciados pelas famílias que são mais propensas ao descumprimento, conduzindo a responsabilização das famílias mais vulneráveis por situações tipificadas como disfuncionais.(SILVA, 2016, p.58).

Os números conhecidos do impacto do programa na vida dos beneficiários são inquestionáveis, nesse ponto podemos imaginar que a estrutura condicional do PBF tem funcionado, dado esse que, segundo Silva (2016), não pode ser comprovado, pois não há como evidenciar claramente o que é efeito das condições e o que é efeito do repasse financeiro.

---

<sup>4</sup> Entende-se aqui nutriz como mulheres em período de amamentação de seus filhos.



Nesse contexto, nos interessa discutir a questão da intersetorialidade, pois se trata de uma condição para que haja a interlocução das políticas sociais envolvidas com o PBF, quais sejam: a saúde, a educação e a assistência social. Entendemos a intersetorialidade sendo um

Conceito amplo que pressupõe troca de experiência e informações; construção de redes de interação e cooperação social entre gestores, profissionais e usuários e sinergia de ações. Implica em conflitos, disputas, mas também demanda consensos; deve considerar o contexto e a cultura do ambiente, sempre em mutação, com avanços e recuos, conduzindo mudanças na forma do desenvolvimento das políticas sociais. (SILVA, 2014, p.167).

A intersetorialidade tem a importante função de possibilitar uma visão que dê conta das diferentes esferas da realidade social, o que não seria possível com um trabalho fragmentado e setorializado. O entendimento da necessidade desse tipo de trabalho resulta na possibilidade de atender às diferentes expressões da questão social como um todo, não parcialmente (PASTOR; BREVILHERI, 2016).

Para Silva (2014, p.166), “[...] a natureza intersetorial do Bolsa Família é expressa pela sua estruturação em três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares.”, que juntos movimentam diferentes setores e políticas públicas para garantir a efetividade do programa. Ainda segundo a autora, as condicionalidades devem ser assumidas pela família e pelo poder público, que tem o papel de ofertar serviços e garantir o acesso das famílias para o cumprimento dessas condições. Neste caso as condicionalidades podem ser vistas como “[...] a expressão maior da intersetorialidade [...]” do PBF, pois temos nelas a interlocução de três importantes políticas públicas, que são as políticas de Saúde, Assistência Social e Educação (SILVA, 2014, p. 169).

É fundamental entendermos um pouco sobre a que políticas sociais nos referimos quando tratamos da intersetorialidade presente nas condicionalidades. A saúde no Brasil se estrutura pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que é regulamentado pela lei 8.080, de 19 de Setembro de 1990, e tem suas diretrizes baseadas na Constituição Federal de 1988. De acordo com o SUS, saúde significa:

Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social. (BRASIL, 1990).

Desta forma, o SUS garante acesso universal, igualitário e não contributivo em todos os níveis de atendimento, mesmo com todas suas complexidades e obstáculos, o que não trataremos neste trabalho. Também o SUS é estruturado nas três esferas de governo, dividindo responsabilidades de atendimento entre governos Federal, Estadual e Municipal.

Com relação à política de assistência social, podemos afirmar que esta foi uma inovação ao ser inserida no campo da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social, na Constituição Federal de 1988. Entretanto, foi somente em dezembro de 1993 que foi aprovada a lei 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) –, que dispõe sobre a organização da assistência social. Quase dez anos depois, em 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social, posteriormente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é instituído em 2005. Em 2011, através da aprovação da Lei 12.435, fixa-se como garantida a continuidade do sistema. O SUAS é uma política não contributiva e dedica-se a quem dela necessitar. Segundo o Art. 2º da Lei 12.435/11:

A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2011b)

Esta Lei alterou artigos da LOAS e estruturou de forma descentralizada entre os entes confederados as responsabilidades na garantia de acesso à Assistência Social, mas é importante sublinhar que este processo foi sendo construído a partir da implementação da política em todo território nacional.

Ainda percorrendo sobre as políticas sociais que são parte das condicionalidades do PBF e que se envolvem com este programa, é importante falar sobre a educação. O sistema de educação do Brasil é definido hoje pela Lei 9.394 de Dezembro de 1996, que trás as diretrizes e bases da educação em todo o território nacional, definindo como responsabilidade do Estado

oferecer e garantir educação básica (Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) gratuita para crianças de 4 a 17 anos, bem como acesso a sistemas de ensino para os que não conseguirem cursar na faixa etária prevista (BRASIL, 1996).

Sendo assim – considerando esta breve sistematização na tentativa de caracterizar as políticas de saúde, assistência social e educação –, temos aí a articulação necessária de três importantes ministérios, quais sejam: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Ministério da Educação. Entretanto, sabemos que esta articulação tem sido um desafio, pois cada uma dessas políticas possui sua arquitetura organizacional, suas diretrizes e objetivos, seus programas e projetos, entre outros aspectos, que as particularizam no atendimento das demandas dos sujeitos de direitos. No caso do PBF, a interlocução destas políticas é uma condição para a real proteção social das famílias que se beneficiam com a transferência de renda que acessam. Por isso, a articulação destas políticas sociais deveria ser algo consumado, já que elas são a materialização dos direitos sociais e socioassistenciais dos cidadãos que se beneficiam de seus programas, projetos, serviços sociais e benefícios de transferência de renda. Importante aqui fazer referência à compreensão das políticas sociais como sendo

Um produto institucional que provê benefícios e serviços sociais, financiados pelo Estado e regulados administrativamente. Diferencia-se da política econômica por visar à coesão social e à melhoria das condições de vida de indivíduos e grupos; e divide-se em setores também classificados como sociais: saúde, educação, habitação, previdência, assistência social, emprego, dentre outros. (PEREIRA, 2016. p. 204).

De forma genérica, temos as políticas sociais como uma intervenção promovida e gerida pelo Estado para dar conta das demandas sociais e necessidades da população. Tais políticas visam o bem estar da sociedade e podem ser contributivas – assumindo papel de seguro – ou não, sendo então consideradas como serviços sociais mantidos com fundos públicos (PEREIRA, 2016).

Para Pereira (2016) esse entendimento – embora contemple bem o que conhecemos, de forma geral – acaba omitindo as bases estruturais dessa política no que diz respeito a ignorar o processo contraditório em que se constitui. Ou seja, as políticas sociais não são apenas respostas às demandas da sociedade criadas pelo Estado, são também uma construção antagônica e contraditória da relação Sociedade x Estado, não pertencendo apenas a um ou outro, mas se constituindo de todos e, por consequência, sendo públicas. Assim sendo, cabe ao Estado o papel de “[...] garantir, aos cidadãos, direitos sociais e de controle dessa garantia.”

e também “[...] prover e gerir benefícios e serviços sociais.”, e à sociedade cabe o papel de vigiar e forjar (PEREIRA, 2016, p. 204). A autora também ressalta que

Por ser, a sociedade, espaço das classes sociais, as correlações de forças gestadas e operadas em seu âmbito suscitam intervenções estatais que despertam variadas reações societárias. Por ser assim, a política social atende interesses contrários e assume diversas feições. (PEREIRA, 2016, p. 204).

Para finalizar, a política social molda-se ao momento histórico em que se insere, variando entre maiores e menores, dependendo da “intensidade protetora do Estado”, que é ligada ao regime político em vigor e ao pensamento majoritário no poder.

Considerando as reflexões que discorremos neste capítulo, a partir das revisões realizadas, emerge a necessidade de fazer a interlocução desta temática com o Serviço Social, mais precisamente com o trabalho dos assistentes sociais e profissionais que atuam nos CRAS, que vem se constituindo um lócus para o atendimento das necessidades sociais das famílias beneficiadas com o PBF.

### **30 SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PARA O TRABALHO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS**

O Serviço Social é uma profissão regulamentada através da Lei nº 8.662, de junho de 1993, tem seu exercício embasado no Código de Ética, de Março de 1993, e também nas Diretrizes curriculares, com o intuito de garantir um projeto profissional hegemônico e o posicionamento ético-político da profissão.

O Código de Ética do Serviço Social marca a dimensão ético-política, trazendo os direitos e deveres enquanto garantias profissionais e também explicitando os onze princípios fundamentais a serem seguidos, tais como: a determinação da liberdade como valor central do exercício profissional, a defesa intransigente dos Direitos Humanos, a defesa da democracia, o compromisso pela equidade e justiça social, a busca pela superação de todas as formas de preconceito, o comprometimento com a qualidade dos serviços profissionais prestados, entre outros (CFESS, 2011).

A Lei que regulamenta a profissão foi uma conquista em termos de direitos e garantias ao profissional Assistente Social. Ela traz representatividade à profissão na sociedade e também garante uma direção para a formação acadêmico-profissional, além de estabelecer um caminho para as diretrizes curriculares (MENDES; NOGUEIRA; COUTO, 2004).

As Diretrizes Curriculares são resultado da luta pela formação profissional, herança também do processo histórico que se iniciou nos anos 1980, na pós-graduação de serviço social a que Mendes, Nogueira e Couto (2004) referem-se como *maioridade acadêmica* do Serviço Social. Em 1993, na XXVIII Convenção Nacional da ABESS<sup>5</sup>, ocorrida em Londrina, foi encaminhada a revisão do currículo que havia sido implementado em 1982. Em 1995, na XXIX Convenção Nacional da ABESS, realizada em Recife, foi aprovada a proposta básica para o projeto de formação embasado nos pressupostos e núcleos de fundamentação ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico. Em dezembro de 1996, então, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB<sup>6</sup>(MENDES; NOGUEIRA; COUTO, 2004).

Considerando o que discorremos sobre o Serviço Social, nos aproximamos da discussão do trabalho dos assistentes sociais como um trabalho coletivo e que pressupõe a interlocução interdisciplinar. Assim, neste estudo estaremos nos referindo ao exercício da profissão no campo da assistência social, mais especificamente em um CRAS da cidade de Porto Alegre. Iniciamos trazendo a compreensão sobre o trabalho como a ação transformadora do homem na natureza, que serve para suprir necessidades sociais, um fundamento ontológico do ser-social categoria central do método dialético. Também, é a interação social resultando em elementos culturais como os costumes, a linguagem e as representações sócio-históricas (BARROCO, 2010).

Para Iamamoto (2015), “[...] o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens.”. (IAMAMOTO, 2015. p. 60). Assim sendo, o trabalho distingue o homem na natureza através da sua capacidade teleológica, ou seja, o homem é o único ser que consegue antecipar mentalmente o resultado, sendo também o único capaz de “[...] criar meios e instrumentos de trabalho, afirmando essa atividade caracteristicamente humana” e também como na vida dos homens. (IAMAMOTO, 2015. p. 60-61).

O modo de produção em que vivemos, o capitalismo, retira este caráter de realização do ser-social impresso no trabalho, “coisificando” essa relação, ou seja, o trabalhador desconhece o processo de produção e não considera o produto final como fruto de seu trabalho. Isso é ideal ao capitalismo, já que neste modo de produzir são os trabalhadores os

---

<sup>5</sup>ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – é a atual ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

<sup>6</sup>Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996.

responsáveis por gerar riqueza, porém o acúmulo do capital é privado e pertence à classe burguesa que, por sua vez, também detém os meios de produção.

Por sua configuração, este modo de produção amplia as desigualdades sociais e econômicas dos trabalhadores em prol de um grupo mínimo de capitalistas. Estas desigualdades expressam-se em condições precárias de vida e trabalho, ao mesmo tempo em que tendem a criar uma consciência coletiva do proletariado sobre tal exploração, o que culmina em organização desta classe, busca de estratégias e pressão social, o que o marxismo denomina como luta de classes (FERNANDES, 2016).

Na década de 1980 – com o momento histórico da Ditadura Militar no Brasil e na América Latina, a retirada de direitos e a luta pela redemocratização – os assistentes sociais organizaram-se como categoria e posicionaram-se eticamente, reconhecendo-se como pertencente à classe trabalhadora e assumindo uma posição contra a exploração da classe dominante.

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir por que tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2015. p. 28).

Desta forma o Serviço Social rompe com o conservadorismo, conquistando hegemonia e optando, política e teoricamente, pela Teoria Social Crítica como base do seu Projeto Ético-Político, definindo as expressões da Questão Social como objeto de trabalho “[...] nas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam.” em todas as áreas de suas vidas (IAMAMOTO, 2015. p. 28). Sendo assim, este capítulo trata dos processos de trabalho nos CRAS a partir de reflexões teóricas e práticas e socializa uma experiência vivenciada no estágio profissional em Serviço Social durante o Curso de Serviço Social da UFRGS.

### 3.1 OS PROCESSOS DE TRABALHO NO CRAS: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Os três semestres de estágio curricular em Serviço Social aconteceram no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região Centro de Porto Alegre, que foi fundado em 2010 junto com mais 21 CRAS, divididos nas 17 regiões do orçamento Participativo do

município<sup>7</sup>. O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada, caracterizado como a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim sendo, é a principal referência da política de assistência social no âmbito da proteção social básica, responsável pela oferta e organização dos serviços, benefícios, programas de proteção e promoção social, atuando em áreas de vulnerabilidade e risco social (MDS,2015d).

O atendimento no SUAS organiza-se em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Essa última ainda se divide entre média e alta complexidade, sendo que dentro delas existem os serviços socioassistenciais, conforme a esquematização abaixo:

**Quadro 1 – Serviços de proteção social no SUAS**

<b>NÍVEL DE PROTEÇÃO</b>		<b>SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS OFERECIDOS</b>
<b>SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>		a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.
<b>SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>	<b>Média Complexidade</b>	a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

<sup>7</sup>No município de Porto Alegre toda a política de Assistência Social é gerida pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), um órgão público da prefeitura municipal.

	<b>Alta Complexidade</b>	a) Serviço de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva; b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.
--	------------------------------	--

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017) com base na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, 2009.

Sendo assim, o CRAS fica responsável pelos serviços incluídos na Proteção Social Básica, que é o objeto deste trabalho, tendo ainda o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atua na média complexidade da Proteção Social Especial, e os serviços de acolhimento (como as Casas Lares e Abrigos) atuando na alta complexidade também da Proteção Social Especial, os quais não aprofundaremos neste trabalho.

O principal serviço oferecido pelo CRAS é o de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste em um acompanhamento continuado de famílias com o intuito de prevenir a ruptura de vínculos e contribuir com uma melhor qualidade de vida através da promoção de acesso e uso dos direitos. No CRAS Centro são atendidos todo e qualquer cidadão, por busca ativa ou demanda espontânea, que se encontre em situação de vulnerabilidade social dentro do território de abrangência compreendido pelos seguintes bairros e comunidades: Azenha, Auxiliadora, Bom Fim, Centro, Cidade Baixa, Condomínio Freitas de Castro, Condomínio Lupicínio Rodrigues, Condomínio Princesa Isabel, Condomínio Renascença I e II, Independência, Jardim Botânico, Menino Deus, Mont Serrat, parte do Partenon, Petrópolis, Santa Cecília, Bela Vista, Floresta, Moinhos de Vento, Navegantes, Comunidade Barão do Gravataí, Condomínio dos Anjos, Padre Cacique, Quilombo Fidélis, Quilombo do Areal da Baronesa, Santana, Vila Sossego, Vila Juliano Moreira e Loteamento Santa Teresinha.

Tendo em vista a extensão do território, que conta com uma população total de cerca de 273 mil pessoas<sup>8</sup>, foram efetivados dois convênios de prestação de serviço com instituições não governamentais: uma com o Centro Diaconal Evangélico Luterano (CEDEL) – responsável pelo Serviço de Atendimento Familiar (SAF)<sup>9</sup> e pelo Serviço de Convivência e

<sup>8</sup>Dados contidos no Plano de Vigilância Socioassistencial, formulado pela equipe do CRAS Centro em Julho de 2015.

<sup>9</sup>No município de Porto Alegre usa-se a nomenclatura SAF (Serviço de Atendimento Familiar), entretanto em alguns locais, e para o MDS, são chamadas de Equipe PAIF Volante, que consiste em uma equipe extra que



Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de crianças dos 6 aos 12 anos –, e outro com a Associação Intercomunitária de Atendimento Social (AICAS) – com atendimento de SAF –, no território do bairro Floresta e Loteamento Santa Teresinha.

Considerando esta breve explicitação da estrutura organizacional do CRAS, é fundamental reconhecer que os processos de trabalho que se constroem nestes equipamentos do SUAS serão determinados não somente pela dinâmica da arquitetura organizacional e os elementos que os constituem, mas também pelos profissionais que caracterizam o trabalho ali desenvolvido. A equipe do CRAS Centro de Porto Alegre, à época do estágio, era composta por: uma Assistente Social do quadro da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em cargo de gestão como coordenadora; três Assistentes Sociais – dois do quadro da FASC e uma contratada através de parceria público-privada pela Sociedade Meridional de Educação (SOME); uma Psicóloga, também da SOME; quatro estagiárias de Serviço Social; dois estagiários de nível médio; dois auxiliares administrativos (uma do quadro da FASC e outra prestadora de serviço terceirizada); e um auxiliar de serviços gerais, um motorista e dois vigilantes, todos prestadores de serviço terceirizados de diferentes empresas. Além destes, também contava com uma Assistente Social e uma Psicóloga do CEDEL, em trabalho de SAF, e uma Assistente Social e uma Psicóloga da AICAS<sup>10</sup>.

O que normatiza o quadro técnico nos níveis de proteção do SUAS é a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), normativa aprovada em 2006 que tem como objetivo traçar parâmetros para a gestão pública do trabalho, propondo mecanismos reguladores da relação entre trabalhadores, prestadores de serviços e gestores, apresentando diretrizes para o trabalho neste âmbito (NOB-RH/SUAS, 2006). O CRAS Centro estava em consonância em termos de quantidade de profissionais, no entanto a norma traz um ponto importante em suas diretrizes no que diz respeito às formas de contratação dos profissionais, propondo:

- I - conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para a construção do SUAS; vislumbrar o desafio proposto, para esses profissionais, a partir dos compromissos dos entes federativos com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização político-administrativa, intersetorialidade e participação da população;
- II - propor estímulos e valorização desses trabalhadores;

---

integra um CRAS em funcionamento, com o objetivo de prestar serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família no território para famílias referenciadas no CRAS (MDS, 2015c).

<sup>10</sup> No momento atual da política brasileira esta equipe foi reduzida e os contratos de prestação de serviço e da SOME não foram mantidos na gestão municipal vigente em 2017. Assim sendo, restam hoje uma assistente social na coordenação e um assistente social do quadro da FASC e duas estagiárias de Serviço Social.

III - identificar os pactos necessários entre gestores, servidores, trabalhadores da rede socioassistencial, com base no compromisso da prestação de serviços permanentes ao cidadão e da prestação de contas de sua qualidade e resultados;  
 IV - uma política de gestão do trabalho que privilegie a qualificação técnicopolítica desses agentes. (NOB-RH/SUAS, 2006, p. 10).

A partir desse entendimento surgem questões acerca de como tais diretrizes serão preconizadas quando as terceirizações dos serviços aparecem em maioria entre os profissionais que trabalham no CRAS<sup>11</sup>, mesmo a NOB-RH/SUAS salientando a responsabilidade da gestão em

contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária para a execução da gestão e dos serviços socioassistenciais, conforme a necessidade da população e as condições de gestão de cada ente. (NOB-RH/SUAS, 2006, p. 15-16).

Logo, as diferentes formas de contratações acabam por gerar diferenças salariais, insegurança nos vínculos empregatícios, diferentes cargas horárias e, até mesmo, uma hierarquia entre os profissionais, o que reflete diretamente nas relações entre os trabalhadores e até no atendimento aos usuários.

Os assistentes sociais, ao se inserirem nos CRAS para o exercício profissional, se deparam com diferentes desafios, principalmente no trabalho com as famílias do PBF, que é o foco deste estudo. Para Iamamoto, seguindo as referências marxistas, os elementos constitutivos dos processos de trabalho passam pela “[...] compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.” e da história da sociedade, da luta de classes advinda da exploração do sistema de produção que gera desigualdade social, culminando na base fundamentante do Serviço Social, que é a Questão Social (IAMAMOTO, 2015, p. 57).

Ressaltamos que a Questão Social é entendida como “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2015, p. 27), mas não somente em uma perspectiva de desigualdade entre “pobres e ricos”, muito menos como uma “situação social problema”, de forma a individualizar dificuldades, como já foi vista anteriormente pelo Serviço Social, mas de forma que

---

<sup>11</sup> Salientamos que este quadro não é apenas do CRAS Centro. É um reflexo das formas de trabalho de todos os serviços de referência através de uma visão política, presente na administração do município, de primar por parcerias público-privadas em detrimento de realizar concursos públicos para a ocupação das vagas.

O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão social. (IAMAMOTO, 2015, p. 59).

No cotidiano de trabalho do CRAS estão presentes as mais diversas expressões da questão social, que se materializam pelas situações sociais vividas pelos sujeitos, a grande maioria destas expressas pela ausência e/ou precariedade de um conjunto de direitos – como saúde, educação, moradia, emprego, distribuição de renda, entre outros – que resultam em vulnerabilidade e risco social (CFESS, 2011).

As famílias atendidas no CRAS apresentam características distintas em conformidade com o território, que abriga bairros de classe alta e comunidades muito pobres da cidade, sendo que também há o atendimento de pessoas em situação de rua. Os usuários do CRAS apresentavam inúmeras expressões da questão social, sendo as mais comuns: pobreza, desemprego, subempregos, baixa escolaridade, analfabetismo, falta de moradia, falta de alimentos, violência, fragilidade de vínculos familiares, abuso de substâncias psicoativas, entre outras.

As demandas chegam ao CRAS de forma espontânea, em sua maioria através do Plantão de Atendimento<sup>12</sup>, onde são efetuadas entrevistas iniciais com um documento construído pela equipe que traz questões sobre os dados do usuário e seus familiares, bem como espaço para a evolução do atendimento, podendo a família entrar em acompanhamento ou não, uma vez que algumas demandas são bem pontuais, como pedidos por passagens de ônibus, por exemplo. Também são efetuadas buscas ativas através de visitas domiciliares, contatos telefônicos e entrega de cartas, geralmente de famílias já acompanhadas pelo serviço ou inseridas no PBF. A grande demanda do serviço é no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), onde é feita uma entrevista a partir de questões preestabelecidas com o objetivo de, a partir da análise das informações fornecidas, conseguir acesso a diferentes programas sociais, entre eles o PBF.

Tendo em vista os elementos dos processos de trabalho, percebemos que a instrumentalidade do CRAS Centro tem grande importância, podendo citar as entrevistas, as reuniões, o plantão social, os documentos gerados, as visitas domiciliares, entre outros, como instrumentos técnicos para o trabalho do Assistente Social. Essa instrumentalidade é entendida

---

<sup>12</sup>O Plantão de Atendimento é uma organização da equipe do CRAS onde cada técnico (Assistente Social e Psicólogo) fica disponível durante dois turnos semanais para atendimento de quem chega ao CRAS de forma espontânea.

como os meios para chegar ao produto, que é o resultado e a condição para a existência do processo de trabalho.

[...] a utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. (MARTINELLI; KOUMROUYAM, 1994, p. 137).

Assim sendo, como todas as profissões, o Serviço Social também faz uso de instrumentos para efetivar a prática profissional. Dentre os instrumentos utilizados no CRAS destacamos a entrevista, que é muito usado no trabalho com os usuários e é também considerada como um dos dispositivos mais usados para o trabalho profissional do Assistente Social. Segundo Lewgoy e Silveira (2007), este dispositivo oportuniza “[...] a tomada de consciência pelos assistentes sociais das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos.” (LEWGOY; SILVEIRA, 2007, p. 5). A entrevista também oportuniza uma primeira aproximação e é complexa no que diz respeito ao estabelecimento de vínculo entre o usuário e o profissional.

Ressaltamos também que, devido à demanda espontânea bastante ativa no CRAS, temos o acolhimento como um instrumento importante, aqui trazido por Chupel e Miotto (2010) como:

[...] parte integrante do processo interventivo dos assistentes sociais. Ele congrega três elementos que agem em concomitância: a escuta, a troca de informações e o conhecimento da situação em que se encontra o usuário. Objetiva o acesso aos direitos das mais diversas naturezas, bem como a criação de vínculo e a compreensão de elementos para fundamentar uma futura intervenção. É o momento de aproximação com o usuário, que demanda exigências quanto ao conhecimento, desde a utilização da entrevista até dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos da profissão. (CHUPEL; MIOTO, 2010, p. 37)

Ou seja, o acolhimento está além do fato de apenas receber o usuário, ele é parte do processo interventivo entendido como escuta, troca de informações e aproximação da situação trazida, elementos que pressupõem uma escuta qualificada e sensível onde não haja julgamento, comparações, partindo-se sempre de uma aceitação do outro: “A escuta sensível pressupõe uma inversão da atenção. Antes de situar uma pessoa em ‘seu lugar’ começa-se por reconhecê-la em ‘seu ser’, dentro da qualidade de pessoa complexa dotada de uma liberdade e de uma imaginação criadora.” (BARBIER, 2002, p. 94). Por isto, costumamos

identificarnaescuta sensível um instrumento de reconhecimento do usuário através de suas individualidades.

Outro importante instrumento do trabalho no CRAS é a Visita Domiciliar, que é quando há a aproximação por parte do profissional não apenas com o sujeito, mas com seu ambiente familiar e social, por consequência insere o profissional e a instituição na realidade do usuário. A visita domiciliar é considerada bastante importante, mas também exige técnica para que cumpra seu objetivo profissional de coleta de dados importantes para oportunizar uma resposta no trabalho com a família, desta forma necessita de prévio agendamento, objetivos predeterminados e claros, com o propósito de “[...] facilitar nossa ação na perspectiva do sujeito de direito à Assistência Social.” (CARDOSO, 2008, p. 68)

Sendo assim, é imprescindível à visita domiciliar que haja, por parte do profissional, respeito, atitude de não julgar, empatia e horizontalidade nas relações (AMARO, 2003). Ao verificarmos os instrumentais técnicos citados percebemos o quão importante é ressaltar, como traz Iamamoto (2015), que os instrumentos compreendem não apenas as técnicas, mas também o conhecimento prévio e habilidades desenvolvidas. Desta forma: “A noção estrita de instrumento como um mero conjunto de técnicas, se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho.” (IAMAMOTO, 2015, p. 62).

O conhecimento, então, assume papel importante como instrumento de trabalho, incluindo as bases teórico-metodológicas como “recursos essenciais” ao Assistente Social, desta forma, Iamamoto (2015) afirma que tal dimensão mostra que “O conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado.” (IAMAMOTO, 2015, p. 63). Logo, conclui-se que as habilidades e os conhecimentos adquiridos no decorrer da trajetória acadêmica de um Assistente Social fazem parte do “[...] acervo de seus meios de trabalho.”(IAMAMOTO, 2015, p. 63).

A equipe técnica do CRAS também realiza reuniões semanais da equipe interna (incluindo os trabalhadores dos SAFs) e também reúne a Rede de Atendimento da região Centro do município, que conta com as três Unidades Básicas de Saúde (UBS) da região(UBS Modelo, UBS Santa Marta e UBS Santa Cecília), a equipe técnica do CRAS Centro, um representante do CREAS Centro e um articulador da FASC. As reuniões internas têm o objetivo de trocar informações acerca do trabalho, organizar os processos da semana seguinte e também propicia momentos de reflexão quanto à prática no CRAS e em relação à Política

de Assistência Social. As reuniões de rede também eram semanais, divididas por região das UBS, ou seja, cada semana uma UBS das três comparecia para discussão de casos. Durante o período de estágio não foi possível o acompanhamento da Rede de Atendimento, portanto não aprofundaremos o assunto. Mesmo assim, sublinhamos que o trabalho realizado pelas equipes é interdisciplinar, uma vez que o atendimento se dá, geralmente, com um assistente social e um psicólogo de referências. Este fato demonstra a importância do trabalho conjunto, como refere Iamamoto (2015):

O assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado onde um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 64).

Desta forma, o que vimos até aqui mostra que a interdisciplinaridade, o trabalho com as demais políticas sociais do território onde se localizam os CRAS e o acolhimento realizados com as famílias do PBF são importantes estratégias para o trabalho profissional, que cada vez mais devem ser aperfeiçoadas e colocadas em prática.

### 3.2 PARA ALÉM DO CADÚNICO: ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Nesta parte do trabalho trazemos nossas reflexões e até mesmo proposições, que estamos chamando também de estratégias, que emergiram durante a experiência no CRAS Centro. Grande parte do Estágio Obrigatório foi realizado em atendimento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (CadÚnico), que é realizado através de entrevista com as famílias da região do CRAS Centro, gerando o Número de Identificação Social (NIS), que é a porta de entrada para os programas sociais do Governo – entre eles o Bolsa Família.

Apesar de o “Plano de Estágio de Serviço Social nos CRAS”, elaborado pela FASC, prever como parte do estágio curricular dois eixos de atendimento dentro das 30h semanais – divididas em 18 horas/semanais “para as atividades do cadastro único” e 12 horas/semanais “destinadas para as atividades do PAIF” (PORTO ALEGRE, 2012, p. 9) –, tal divisão não ocorreu desta forma, sendo que o estágio realizado foi cumprindo quase que integralmente no Cadastro Único.

O Cadastro Único é um instrumento do Estado Brasileiro “[...] voltado para a identificação, a caracterização e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.” (MOSTAFA, 2016, p. 41). Ele é operacionalizado pela Caixa e gerido pelo MDS em nível

federal, tendo também participação dos estados e, principalmente, dos municípios, uma vez que é o município o agente interlocutor mais próximo às famílias, através da “[...] localização das famílias, a entrevista e a digitação no sistema de dados, além de manter as informações atualizadas” (MOSTAFA, 2016, p. 43).

Apesar de o CadÚnicoservir como cadastro para muitos programas, o grande número de procura no CRAS Centro ocorre na busca por acesso ao Programa Bolsa Família, que tem no Cadastro Único sua única forma de inserção. O Cadastro é autodeclaratório, ou seja, os usuários “[...] respondem as perguntas do cadastro de acordo com sua própria percepção e entendimento.” (MOSTAFA, 2016, p. 41).

Durante o processo de estágio ficou evidente que a prioridade do atendimento no espaço do CRAS era do Cadastro Único, mesmo que em detrimento das demais atividades que estavam em andamento. Essa é uma opção da gestão da FASC baseada no Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que é um índice do MDS que mede, de 0 a 1, a qualidade da gestão do município do PBF e do Cadastro Único, determinando, a partir desse número, o valor de repasses financeiros ao município. Ou seja, prioriza-se o atendimento do Cadastro Único no CRAS Centro para que não haja queda nas metas cobradas pelo IGD, e assim não diminua os valores recebidos do Governo Federal para o município (FLORES, 2016).

Assim sendo, relacionamos que a pressão para a execução do Cadastro Único e manutenção dos beneficiários do Bolsa Família (a bolsa dos estagiários e o aluguel da casa em que o CRAS funciona são provenientes deste dinheiro) foi o que garantiu que o tempo de estágio tenha sido usado, prioritariamente, neste espaço, considerando a realidade de repasse de dinheiro do MDS.

Desta forma, com o trabalho efetuado junto ao cadastramento, houve uma aproximação muito grande com as famílias que recebem o Bolsa Família, em especial com aquelas que estavam em descumprimento das condições, já que estas buscam o setor de Cadastro sempre que são chamadas para esclarecer o motivo de não estarem cumprindo as obrigações de saúde e/ou frequência escolar solicitadas pelo programa. Durante esse período percebemos – por meio da análise das listas que chegam ao CRAS a cada dois meses com os descumprimentos – que cerca de 100 famílias entram em descumprimento a cada bimestre, e muitas delas, ao serem atendidas pela equipe, relatam não saberem e/ou não terem entendido direito como funcionavam as condicionalidades do programa.

Passei então a analisar como estavam acontecendo as liberações no CRAS. Para que as famílias possam receber o Bolsa Família, elas devem atender aos critérios de renda per capita –

que variam de R\$ 85,00 até R\$ 170,00, conforme consulta em site do MDS<sup>13</sup> – quando realizam o Cadastro Único; caso estejam dentro destes critérios, são orientadas a retornarem no CRAS após 2 meses, no turno da tarde, para verificar se tiveram o benefício liberado. Nesse retorno foi onde verificamos uma fragilidade no atendimento: as famílias chegam e são atendidas pelo estagiário de ensino médio, que atende na recepção, e quando verificada a liberação no sistema o estagiário apenas comunica que já podem sacar o benefício. O resultado disso são usuários que não conseguem manter o recebimento de seus benefícios por não terem entendimento do que é o programa, por que e para que ele se propõe e, principalmente, sequer entendem suas condicionalidades e o que elas significam.

A ideia de aproximar usuários beneficiários do Programa Bolsa Família da instituição e a preocupação em desconstruir a imagem meramente obrigacional e punitiva das condicionalidades do programa, aumentando sua participação e vinculação no acesso a direitos, é uma competência do Assistente Social. Para tanto, foi necessário, em primeiro lugar, conhecer a fundo o Cadastro Único e qual o papel dele no CRAS, através do estudo de documentações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), e também qual a posição da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) diante das configurações propostas.

Também foi importante ter clareza de que o papel do Serviço Social nesse espaço não é só de efetivação de direitos socioassistenciais, mas sim de incidir no aumento da participação, democratização e conscientização, questões fundamentais para quebrar a máxima capitalista de que as políticas sociais servem apenas para a manutenção do sistema. Neste sentido, concluímos que seria necessário efetuar oficinas com os Responsáveis Familiares ingressantes no programa Bolsa Família para garantir que eles tenham conhecimento sobre o que é o programa, o que ele prevê, quais os valores que cada um recebe e por que, como funciona o acompanhamento de saúde e de frequência escolar, qual o tempo de atualização cadastral, quais as sanções caso as condicionalidades não sejam cumpridas e qual o papel do CRAS e da família nesse processo.

A partir desta questão foi elaborado o projeto de intervenção, cujo objetivo geral era “Socializar Informações aos usuários ingressantes do Bolsa Família acerca dos objetivos e condicionalidades do programa para o efetivo acesso das famílias e ampliação de sua autonomia”.

---

<sup>13</sup> Consulta realizada no site do MDS, disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-de-superacao-da-extrema-pobreza>>. Acesso em: 25 jun. 2017



O papel do Assistente Social neste espaço mostrou-se bastante intrigante, já que existem dificuldades, entre elas a resistência de alguns profissionais em romper vínculos com formas antigas de atendimento individual, como o plantão social e muitos procedimentos engessados nas normas institucionais. Importante afirmar que a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante (CFESS, 2011).

Assim sendo, nos convencemos desde o início da necessidade de uma intervenção coletiva que evitasse particularizar as demandas e possibilitasse uma maior vinculação dos usuários com o serviço, mas também com a sua região e seus pares. Um grande desafio no CRAS Centro é justamente o caráter heterogêneo que existe na região – são atendidos tanto pessoas em situação de rua quanto moradores de bairros considerados nobres na cidade –, e construir um espaço de conversa e integração destes se mostrou bem difícil ao longo do processo. Não houve a possibilidade de aproximação maior entre classes sociais tão distintas, entretanto buscava-se sempre formas de demonstrar que todas as situações que ali se apresentavam são fruto da desigualdade social do sistema vigente. Todas as situações sociais vividas pelos sujeitos que demandam a política de Assistência Social têm a mesma estrutural e histórica raiz na desigualdade de classe e suas determinações, que se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, distribuição de renda, entre outras formas de expressão da questão social (CFESS, 2011).

Entretanto, também não se pode esquecer de considerar que, apesar de inseridos em um mesmo sistema que gera inúmeras expressões da questão social, os usuários também possuem histórias e configurações de vida que diferem, assim houve a necessidade de pensar uma oficina de forma a clarificar as informações independente, por exemplo, de escolaridade dos usuários. Desta forma, optamos por não usar materiais escritos extensos e priorizar o diálogo e a escuta das dúvidas e conclusões dos usuários, pretendendo assim atender às diferentes dúvidas de diferentes composições familiares, afim de democratizar as informações e o acesso ao programa, conforme o código de ética da profissão prevê:

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:  
a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;

- b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste código;
- c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/as usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento de seus interesses;
- e- informar à população usuária de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h- esclarecer aos/as usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional. (CFESS, 2011, p. 29 e 30).

Portanto, uma das estratégias está em trabalhar com os usuários o direito à informação e, dentro disso, buscar contribuir para que as condicionalidades do Programa Bolsa Família possam ter um caráter de acesso a direitos fundamentais, o que é parte importante do trabalho do Serviço Social no CRAS. A luta por direitos é um processo de construção coletiva, exigindo o resgate do protagonismo e transformando os usuários em sujeitos potencialmente revolucionários, sendo onde situamos a importância do trabalho do Serviço Social e suas contribuições (LONARDONI; OLIVEIRA, 2009).

Uma vez que o trabalho do Serviço Social se propõe a viabilizar o acesso à informação, contribui para a construção de um espaço coletivo com vistas a viabilizar a participação destes usuários para, com tal construção, romper com o caráter burocrático e hierárquico que se apresenta hoje na configuração do atendimento no equipamento perante seus usuários. Afinal, o exercício profissional tem uma intenção ético-política que deve ser direcionada na luta contra a exploração pelo capital. A prática do serviço social deve pautar-se no conhecimento da política que perpassa o campo, onde suas intervenções devem estar baseadas no projeto ético-político da profissão. Baseada nisso, e na percepção de aprofundar o caráter preventivo previsto no SUAS, desenvolvemos para o CRAS – no período do estágio em Serviço Social – um Projeto de Intervenção com o objetivo de conscientizar os ingressantes no PBF do acesso aos serviços através do programa e da importância de se entender a transferência de renda como fruto do trabalho que é produzido por eles mesmos, e não apenas como um benefício de um “governo bonzinho”, visando com isso auxiliar para que se identifiquem como detentores desses direitos.

Nesse sentido, esta intervenção está em consonância com o Projeto Ético-político profissional, uma vez que remete ao princípio III do Código de Ética da profissão: “[...] ampliação e consolidação da cidadania considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.” (CFESS, 2011, p. 23).

Outra estratégia refere-se ao trabalho interdisciplinar, aqui entendido como sendo

Uma postura profissional que permite transitar o ‘espaço da diferença’ com sentido de busca e de desvelamento das diferentes formas de se abordar a realidade. Nenhuma profissão e conhecimentos são absolutos e a interdisciplinaridade é um princípio constituinte da diferença e da criação. É uma alternativa para transpor as fronteiras das profissões, sem perda de autonomia, de oportunidades de conhecer outras formas de ação, de superar idiossincrasias, de deixar de falar só com seus pares e de aprender a conviver. (GATTÁS; FUREGATO, 2006, p. 326).

Ou seja, a interdisciplinaridade pode ser entendida como um local para a criação de estratégias que se oponham à “fragmentação dos saberes”, visando a unificar os conhecimentos para que seja possível a visualização das diferentes formas de resposta das disciplinas envolvidas, assim criando “[...] correlações de forças entre os ‘especialistas’ e o potencial que se agrega na demarcação das resistências a práticas unidisciplinares.”, o que se torna fundamental no sentido de aproximar o conhecimento da produção (LEWGOY, 2016, p. 153). O trabalho coletivo numa perspectiva interdisciplinar exige o diálogo entre os profissionais dos CRAS e a construção coletiva do plano de trabalho para intervenção diante das situações que se colocam como demandas e, portanto, trata-se de uma importante estratégia de trabalho.

Além disso, nas Orientações Técnicas do CRAS (BRASIL, 2009) o enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto da ação da política de assistência social – as vulnerabilidades e riscos sociais – não são fatos homogêneos e simples, mas são complexos e multifacetados e, portanto, exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais ocorrem contribuições construídas coletivamente, e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos, com diferentes informações. “O trabalho, em uma perspectiva interdisciplinar, deverá reconhecer a diversidade de conhecimentos, habilidades e atitudes entre os membros de uma equipe, que não só se complementam, e sim enriquecem o trabalho como um todo.” (BRASIL, 2016, p. 71).

Outra estratégia para o trabalho profissional nesta sistematização, já citada anteriormente, trata-se da intersetorialidade. O CRAS situa-se sempre em um determinado território, e as famílias beneficiadas pelo PBF acessam, ou pelo menos deveriam acessar, também outras políticas sociais, nesse caso a educação e a saúde, pois estas são as condicionalidades que devem atender ao se inserirem no PBF. Entretanto, os profissionais devem promover a articulação das políticas, reforçando a importância das redes como forma de promover a cooperação entre os diferentes campos, trazendo a política de assistência social como importante espaço para a promoção da “Gestão integrada de ações descentralizadas e participativas.” (SILVA, 2014, p. 169).

Importa sublinhar que a intersetorialidade pode ser entendida como um importante passo no sentido de viabilizar a busca por respostas as situações sociais complexas, partindo das perspectivas de:

- a. Intersetorialidade como complementariedade de setores que se voltam para atendimento das necessidades da população numa perspectiva de totalidade, não eliminando, porém, a singularidade das diferentes políticas e setores;
- b. Intersetorialidade como construção de práticas intersetoriais, originando um novo espaço a partir de problemas concretos e conduzindo à aprendizagem na abordagem de atendimentos conjuntos dos problemas da população;
- c. Intersetorialidade como princípio de trabalho em redes intersetoriais para ações conjuntas. (SCHUTZ; MIOTO, 2010 apud SILVA, 2014, p. 169).

Desta forma, chama-se a atenção a importância de se desenvolver o trabalho conjunto de saberes e setores como um passo adiante para que se busque uma real consolidação das políticas sociais, na perspectiva de viabilizar um atendimento às necessidades sociais concretas das famílias e usuários para além do “repasse” de casos de uma equipe a outra. Temos clareza de que estas reflexões são uma parte pequena perto de tudo que a experiência no CRAS junto ao CadÚnico nos proporcionou. Entretanto, por ora importa deixar registrado o quanto os assistentes sociais têm ainda que avançar na construção de estratégias, tais como: no acolhimento às famílias do PBF, visando ao acesso à informação e à superação das vulnerabilidades; no trabalho interdisciplinar e intersetorial, fundamental para a consolidação do PBF e do próprio SUAS; e no atendimento dos sujeitos de direitos que se beneficiam dessa transferência de renda brasileira.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizarmos um trabalho de conclusão de curso várias questões emergem, pois durante o processo de formação vivenciado no Curso de Serviço Social da UFRGS tivemos a possibilidade de nos aproximarmos da profissão por meio do aporte teórico, com o estudo concreto da sociedade, das políticas, da organização do Estado, da Teoria Social Crítica e dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, que nos inserem não apenas em uma profissão, mas em uma nova visão de mundo e em um entendimento das relações que nos cercam politicamente, resultando em uma consciência do lugar que ocupamos sempre embasados em um projeto ético-político profissional. Para além das questões teóricas, o curso de Serviço Social também possibilitou uma aproximação real com o trabalho do Assistente Social e viabilizou a aproximação e a reflexão teórica e prática através, por exemplo, das oficinas de serviço social, da apreensão das estratégias de intervenção e do período de estágio obrigatório.

Durante o processo de estágio curricular no CRAS Centro o atendimento das demandas possibilitou a análise histórica e a verificação na prática da historicidade, da

totalidade e da luta de classes através dos usuários que não conseguem acessar direitos e sequer se veem como parte de uma classe que produz para o lucro de outrem, chamando atenção para a importância de olhar para cada demanda não como um fato isolado ou singular de determinado usuário, e sim como parte de um todo, resultado do sistema capitalista em que vivemos. Essas situações não são do indivíduo, mas sim de toda sociedade do capital, onde predominam as desigualdades sociais. Ao fazer reflexões acerca da Teoria Social Crítica de Marx (1937) e a partir das categorias e do estudo através de diversos autores ligados a esta teoria ao longo da formação, pode-se compreender as expressões da questão social – que são o objeto de intervenção do Assistente Social – como desemprego, violência, abuso de drogas, abandono, maus tratos, situação de rua, entre outras que são trazidas pelos usuários nos atendimentos no CRAS Centro.

Tivemos a oportunidade de, além do estágio proposto curricularmente, nos inserirmos em outros espaços em estágios não-obrigatórios, como no Poder Judiciário, trabalhando com penas alternativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica no Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado, podendo então aprender e observar diferentes possibilidades de intervenção da profissão, o que também evidenciou a necessidade da clareza das atribuições e competências do Serviço Social para o enfrentamento às correlações de forças que perpassam todos os locais e, em sua maioria, tendem a institucionalizar o trabalho dos profissionais. Essas experiências também possibilitaram aproximarmos-nos de diferentes políticas públicas e mostraram as dificuldades em aproximar os usuários de seus direitos mesmo nas áreas em que há políticas concretas, pois a burocratização do acesso, a precariedade dos serviços e as concepções muitas vezes preconceituosas acerca dos objetivos das políticas ainda são limites a serem avançados nos espaços.

Um grande desafio durante o período de estágios tem sido conseguir contribuir para a reflexão e mobilização dos usuários na conscientização sobre a luta de classes, da exploração pelo capital e tentar passar nos atendimentos – ainda muito individualizados – que as demandas trazidas por eles são expressões de uma mesma Questão Social comum a todos, produzidas por esta sociedade capitalista. Mesmo fazendo o estágio em instituições públicas, existe um controle político e coisas que podem ou não ser ditas levando em consideração, pelo que foi possível perceber ao longo destas experiências, a posição política dos agentes trabalhando na Assistência Social. Mesmo assim, sempre houve segurança para falas mais críticas dentro do CRAS e dos outros locais de estágio, uma posição defendida pelos

Assistentes Sociais e embasada pelos princípios do código de ética da profissão, o que ressalta a importância do saber profissional.

Importante sublinhar que, em todo o trabalho desenvolvido, está o compromisso com o projeto ético-político, as bases teórico-metodológicas e o suporte técnico-operativo, além do claro entendimento acerca do compromisso com a garantia e a defesa dos direitos para a população em situação de vulnerabilidade social, sendo que as intervenções sempre são pautadas na perspectiva de explicitar aos usuários a luta de classes, política e econômica.

O estágio curricular ocorreu no período de 2015 a 2016, que também foi marcado pelo início de um dos períodos políticos mais tensos no país. Assim sendo, não poderia deixar de frisar as mudanças que vêm ocorrendo principalmente no que diz respeito às garantias de direitos da classe trabalhadora. Desde o movimento político que culminou na retirada indevida – porém embasada pelo que considero um golpe do Legislativo e do Judiciário na Presidência da República – da presidenta eleita democraticamente, vem havendo um movimento de retrocesso em direitos amplamente constituídos, como os projetos que tramitam para que se retirem direitos trabalhistas e previdenciários da população.

Na política de Assistência há um ataque direto que tem resultado no desmonte dos atendimentos. Em Porto Alegre, por exemplo, a maioria dos contratos de prestação de serviços dos equipamentos da Assistência Social – entre eles os CRAS – não foram continuados, o que acabou por diminuir as equipes a ponto de termos hoje apenas dois Assistentes Sociais atendendo na região Centro de Porto Alegre onde antes havia sete, entre CRAS e SAFs. Essa precariedade também se expressa no Programa Bolsa Família, que teve seu cadastro terceirizado, contando hoje com cadastradores sociais, como são chamados, com instrução até ensino médio, recebendo um salário mínimo para a coleta dos dados – que passam por análise antes da liberação, o que também põe em risco o caráter autodeclaratório do Cadastro Único, tirando a autonomia do usuário e afastando este espaço e este instrumento do referencial teórico das equipes.

Escrever este TCC é o resultado final de um percurso que se inicia como um aprendizado acadêmico, passando pelo aprendizado da busca de uma sociedade mais igualitária e culminando em uma prática profissional. Ao finalizar esta sistematização tenho ao certo que, apesar dos avanços conquistados no campo da transferência de renda, é muito fácil e rápido o desmonte ou a retirada destes benefícios. Entretanto, esta formação nos prepara para a luta social e o exercício de uma profissão atenta às barbáries desta sociedade,

portanto apresenta-se mais do que nunca a necessidade de seguir buscando conhecimento por meio da educação permanente em Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar:** por uma abordagem complexa na visita domiciliar. Porto Alegre: AGE, 2003.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais.** Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, CFESS, ABEPSS, Brasília (2009).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. **Regulamenta a Lei que Cria o Programa Bolsa Família.** Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 8.794, de 29 de Junho de 2016. **Altera o Decreto Nº 5.209, de 19 de Setembro de 2004, Que Regulamenta A Lei que Cria o Bolsa Família e o Decreto que institui o Plano Brasil sem Miséria.** Brasília, DF, 2016.



\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.788, de 15 de agosto de 2011. **Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2011a.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Sistema Único de Saúde. **SUS**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF set. 1990. p. 18055.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993. **Lei que Regulamenta a Profissão Serviço Social**. Dispõe Sobre Competências, atribuições privativas, representação da categoria e funcionamento do conjunto CFESS/ CRESS. Brasília, DF, jun. 1993.  
FALTA LEI 8.662/1993

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. **LOAS**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **LDB**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. **Lei de Criação do Programa Bolsa Família**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras Providências. Brasília, DF, jan. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011. Sistema Único de Assistência Social. **SUAS**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF, p. 1, jul. 2011b.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. Conversão da Medida Provisória nº 726, de 2016. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, que revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. **Lei 13.341**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13341.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Medida Provisória 726/2016**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. **Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios**. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social (2006). **Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS – NOB-RH/ SUAS**. Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2015a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 21 ago. 2015

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família. Condicionalidades**. Brasília: MDS, 2015b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>> Acesso em: 04 de ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do curso de introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS** - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; 2015c. 123p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS**. Brasília: MDS, 2015d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cras>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Proteção Social Básica. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – **NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

\_\_\_\_\_. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013. 493p. gráfs., mapas, tabs.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre instrumentais em serviço social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social**. São Paulo: LTCE, 2008.

CHUPEL, Cláudia Priscila; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Acolhimento e serviço social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP, v. 9, n. 10, p. 37-59, dez. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional dos assistentes sociais: princípios fundamentais**. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. 1. ed. Brasília: CFESS, 2011.

CUNHA, Rosani. **Transferência de renda com condicionalidade: a experiência do Programa Bolsa Família**. Brasília: Indes/BID, 2007.

FASC. **Plano de Vigilância Socioassistencial**. Porto Alegre: Equipe CRAS (Comp.), 2015.

FERNANDES, Rosa Maria C. Questão Social. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 230-233.

FLORES, Ana Paula Pereira. Índice de Gestão Descentralizada (IGD). In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 149-152.

GATTAS, Maria Lúcia Borges. FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta paulista de enfermagem**, v.19, n.3, p.323-327, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002006000300011>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

HELLMANN, Aline G.. Programa Bolsa Família. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 221-225.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 326 p.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: Pobreza e política social**. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008. (Trabalho e Contemporaneidade) 258p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Pobreza. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 200-203.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Interdisciplinaridade. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 153-156.

\_\_\_\_\_. Supervisão de Estágio e o Projeto ético-político profissional. In: LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 1. p. 45-63.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A Entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos e Contextos**, v. 6, nº 2. PUCRS, 2007.

LONARDONI, Eliana. OLIVEIRA, Juliene Aglio de. **Serviço Social e Direitos Sociais: Entre a garantia legal e o acesso**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1534/1464>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAM, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 54, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MENDES, J. M. R.; NOGUEIRA, V. M. R.; COUTO, B. R. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. Ano 25, n.79, p. 72-81, 2004.

MONNERAT, Giselle Lavinas et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 12, n. 6, p.1453-1462, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232007000600008>>. Acesso em: 16 fev. 2016

MOSTAFA, Joana. Cadastro Único para Programas do Governo Federal. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 41-43.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, n.3, 2001.

PANDOLFI, Dulce; GAZIR, Augusto; CORRÊA, L. (Org.). **O Brasil de Betinho**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

PORTAL SAGI/MDS. **Dados PBF Data Base**. 2015. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/catalogo/index.php>>. Acesso em 17 jan. 2016.

ONU (Org.). **Ranking IDH Global 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

PAES-SOUSA, Rômulo; WENDT, Mirka. Transferência de Renda. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 287-292.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 25-46.

PASTOR, Márcia. BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. Intersetorialidade. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 157-160.

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 204-206.

PORTO ALEGRE. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Plano de Estágio de Serviço Social nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social**. Porto Alegre, RS: FASC, 2012. 17p.

SCHÜTZ, F.; MIOTO, R. C. T. Intersetorialidade e Política Social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 16(1): 59-75, jan./jun. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF). In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 56-59.

\_\_\_\_\_. O Bolsa Família: Intersetorialidade - Dimensão Central na Implementação e nos Resultados do Programa. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA, Rosimary Gonçalves de (Org.). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014. p. 165-183.

TEIXEIRA, Renato de Oliveira. **Para além das condicionalidades**: desafios para o Programa Bolsa Família no Município de Esteio/RS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2014.